

A educação parental nas famílias multidesafiadas: Diferentes perspetivas e desafios

Mariana Bastos da Silva

*Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança
para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção ao
Longo da Vida*

Orientada por:

Professora Doutora Evangelina Bonifácio

Bragança

2024

Agradecimentos

Acredito que as nossas pessoas são as que fazem tudo ser especial. Por isso mesmo, quero fazer um agradecimento especial a todas as pessoas que, de diferentes formas, me acompanharam e apoiaram ao longo deste percurso.

O meu primeiro agradecimento é direcionado à Professora Doutora Evangelina Bonifácio, por ter sido um grande pilar neste percurso. Obrigada por todo o apoio e disponibilidade, pela compreensão e por todos os conselhos assertivos.

Um agradecimento especial ao meu namorado, amigo, parceiro de sonhos e de vida, o Diogo. Obrigada por teres estado sempre presente, desde o primeiro dia. Obrigada por teres sempre acreditado em mim. Serei eternamente grata!

Não podia deixar de agradecer aos meus pais. Obrigada por terem tornado tudo isto possível! Obrigada, obrigada!

À minha irmã, a minha princesa, aquela que me inspira a ser cada dia melhor.

Por fim, quero agradecer à Dra. Iveta Vilares, Dra. Elizabeth Albino e à Dra. Eliane Afonso, que foram elementos-chave neste processo. Foram casa! Um obrigada não chega por tudo o que me proporcionaram.

Obrigada a todos(as), de coração!

Resumo

A presente investigação pretendeu compreender os eventuais contributos dos programas de educação parental face às famílias multidesafiadas em contexto de intervenção, num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), sendo que para a concretização deste objetivo partiu-se de uma questão norteadora que serviu de base a esta investigação: *De que forma os programas de educação parental influenciam as dinâmicas de vida das famílias multidesafiadas?*. Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) analisar as perceções das famílias multidesafiadas e das técnicas face aos programas de educação parental; b) identificar forças e fraquezas dos programas de educação parental. Para este feito, recorreu-se a uma estratégia de investigação qualitativa, baseada na recolha de narrativas, produzidas pelas entrevistadas e também a uma análise documental, por meio de pesquisa bibliográfica e apreciação reflexiva dos processos individuais das famílias. Os resultados evidenciam que, a perceção das famílias face aos programas e à intervenção técnica foi reconhecida e valorizada como importante e transformadora, permitindo afirmar que em todos os casos expostos, existiram efetivamente alterações nas práticas parentais e consequentemente nas dinâmicas familiares. No que respeita à perspetiva da equipa técnica, confirma-se a importância da intervenção para a resolução das problemáticas responsáveis pela sinalização e posterior mudança, das famílias. Na fase inicial dos programas é comum a manifestação de desconforto e desconfiança por parte das famílias, em virtude de uma compreensão limitada sobre o papel da equipa técnica. No entanto, ao longo do tempo, desenvolve-se uma relação de proximidade e confiança. Em relação aos contributos, verificou-se que as estratégias aplicadas nos três programas analisados são bastante semelhantes, ainda que adaptadas conforme a faixa etária das crianças, pelo que, em todos os casos, o objetivo principal destes programas se alicerça na promoção e/ou melhoria das competências parentais, tal como indicam também os resultados deste estudo.

Palavras-Chave: Educação parental; Famílias multidesafiadas; Programas de educação parental; CAFAP; Perceções; Competências parentais.

Abstract

The present research aimed to understand the potential contributions of parental education programmes for multi-challenged families in an intervention context, specifically within a Family Support and Parental Counselling Centre (CAFAP). To achieve this goal, a guiding question was formulated, which served as the foundation of this research: How do parental education programmes influence the life dynamics of multi-challenged families? Accordingly, the following specific objectives were established: a) to analyse the perceptions of multi-challenged families and professionals regarding parental education programmes; b) to identify the strengths and weaknesses of parental education programmes. To this end, a qualitative research strategy was employed, based on the collection of narratives provided by interviewees and a documentary analysis through a bibliographic review and reflective evaluation of the individual family processes. The results show that the families' perception of the programmes and technical intervention was recognised and valued as important and transformative, allowing us to assert that in all the cases presented, there were indeed changes in parenting practices and consequently in family dynamics. From the perspective of the technical team, the importance of the intervention in addressing the issues that led to the families' referral and subsequent change is confirmed. In the initial phase of the programmes, it is common for families to express discomfort and distrust due to a limited understanding of the role of the technical team. However, over time, a relationship of closeness and trust develops. In terms of contributions, the strategies applied in the three programmes analysed are quite similar, although adapted according to the children's age group. In all cases, the main goal of these programmes is to promote and/or improve parenting skills, as the results of this study also indicate.

Keywords: Parental education; Multi-challenged families; Parental education programmes; CAFAP; Perceptions; Parenting skills.

Índice Geral

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Índice de Figuras	6
Índice de Tabelas	6
Siglas e Abreviaturas	8
Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico	3
Capítulo I – Família e Família Multidesafiada	3
1.1 Conceito de família: Breve perspetiva	3
1.2 Conceito de família multidesafiada	5
1.3 Caracterização das famílias multidesafiadas	6
Capítulo II – A Parentalidade nas Famílias Multidesafiadas	8
2.1 Conceito de parentalidade	8
2.2 As dimensões da parentalidade	10
2.3 A parentalidade nas famílias multidesafiadas	12
2.4 Fatores de risco e fatores de proteção na família	13
2.5 Educação parental	16
2.6 Os programas de educação parental	17
Capítulo III – A Resiliência nas Famílias Multidesafiadas	18
Capítulo IV - Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)	20
4.1 CAFAP em Portugal	20
Parte II- Enquadramento Metodológico	23
1.1 Questão-problema e objetivos do estudo	23
1.2 Metodologia e questões éticas	24
1.3 Técnicas de recolha de dados	25
1.4 Categorias e subcategorias	28
2.4 Caracterização dos participantes	29
Parte III – Apresentação, Análise e Descrição dos Dados Recolhidos	34
3.1 Análise e discussão das categorias	34
Considerações finais	49
Referências bibliográficas	53
Anexos	58
Anexo A – Guião de Entrevista (Famílias)	59

Anexo B – Guião de Entrevista (Técnicas)	60
Anexo C – Consentimento Informado para Participação no Estudo	62

Índice de Figuras

Figura 1. Transformações na Família _____	5
Figura 3. Fatores de Proteção _____	14
Figura 2. Fatores de Risco _____	14

Índice de Tabelas

Tabela 1. Categoria Contributos dos Programas de Educação Parental - Visão das Famílias _____	28
Tabela 2. Categoria Contributos dos Programas de Educação Parental - Visão das Técnicas _____	29
Tabela 3. Caracterização Sociodemográfica das Famílias Entrevistadas _____	Erro!
Marcador não definido.	
Tabela 4. Caracterização do Agregado Familiar _____	31
Tabela 5. Outros Elementos Caracterizadores das Famílias Entrevistadas _____	32
Tabela 6. Função das Técnicas de Intervenção Socioeducativa _____	33

Siglas e Abreviaturas

AI	Anos Incríveis
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CMC	Criança no Meio do Conflito
FA	Família A
FM	Família M
FR	Família R
FT	Família T
MFMJ	Mais Família Mais Jovem
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
PEF	Ponto de Encontro Familiar
PF	Preservação Familiar
TA	Técnica A
TE	Técnica E
TI	Técnica I

Introdução

A presente investigação aqui apresentada decorreu no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, abordando o tema “A educação parental nas famílias multidesafiadas: Diferentes perspetivas e desafios”.

Os programas de educação parental têm emergido como uma estratégia crucial para fortalecer as capacidades parentais e promover o desenvolvimento saudável das crianças por meio da capacitação e orientação dos pais e/ou cuidadores com ferramentas e conhecimentos que os ajudem a lidar com os desafios da educação dos filhos, promovendo comportamentos mais eficazes e melhorando as relações familiares (Santos, 2019). No contexto das famílias multidesafiadas, referimo-nos a um quadro de múltiplos desafios e necessidades de mudança, uma vez que estas famílias, por norma, enfrentam variados fatores de vulnerabilidade que, inevitavelmente, afetam o ambiente familiar e conseqüentemente a educação e/ou relação com os filhos (Coelho, 2017). Neste sentido, os programas de educação parental podem ser vistos não apenas como uma ferramenta educativa, mas como uma intervenção social que visa romper ciclos de vulnerabilidade e exclusão.

Desta forma, a presente investigação justifica-se pela necessidade crescente de entender os impactos e os desafios envolvidos na implementação de programas de educação parental em contextos de maior vulnerabilidade. Embora existam diversos estudos como os de Abreu-Lima et al. (2010), Barrocas (2017) e Gomes (2021), que abordam, de forma breve, a eficácia dos programas de educação parental, poucos focam nas particularidades das famílias multidesafiadas, o que por sua vez deixa uma lacuna importante na literatura, considerando que estas famílias podem apresentar necessidades únicas que requerem adaptações específicas nos programas de educação parental.

Face ao que foi explicitado, importa referir que a investigação ocorreu em contexto institucional, nomeadamente, num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da zona norte, recorrendo a uma estratégia de investigação qualitativa, assente na recolha de narrativas, produzidas pelos investigados(as) e/ou entrevistados(as) e também numa análise documental por meio de pesquisa bibliográfica e apreciação reflexiva dos processos individuais das famílias. Neste sentido, foram aplicadas sete

entrevistas, semiestruturadas, quatro dirigidas às famílias e três dirigidas às técnicas de intervenção socioeducativa. No que diz respeito à questão norteadora desta investigação, esta passa por entender, de que forma os programas de educação parental influenciam as dinâmicas de vida das famílias multidesafiadas pelo que, o objetivo geral, desta investigação, centra-se em compreender os contributos dos programas de educação parental para as famílias multidesafiadas em contexto de intervenção CAFAP, sendo que, para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar as perceções das famílias multidesafiadas e das técnicas face aos programas de educação parental; b) Identificar forças e fraquezas dos programas de educação parental.

No que respeita à estrutura deste documento, o mesmo está dividido em três partes, a primeira parte relativa ao enquadramento teórico, a segunda parte relativa ao enquadramento metodológico e a terceira parte relativa à apresentação, análise e descrição dos dados recolhidos. A primeira parte, alusiva ao enquadramento teórico, explana a perspetiva da literatura sobre os programas de educação parental através de quatro capítulos. O primeiro capítulo foi intitulado de “Família e Família Multidesafiada” e enquadra quatro pontos: conceito de família: evolução ao longo dos tempos; conceito de família multidesafiada; caracterização das famílias multidesafiadas; estrutura familiar. O segundo capítulo intitulado de “A Parentalidade nas Famílias Multidesafiadas” enquadra seis pontos: conceito de parentalidade; as dimensões da parentalidade; a parentalidade nas famílias multidesafiadas; fatores de risco e de proteção na família; educação parental; os programas de educação parental. O terceiro capítulo intitulado de “A Resiliência nas Famílias Multidesafiadas” enquadra um ponto destinado à resiliência familiar. Por último, o quarto capítulo intitulado de “Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)” enquadra um ponto: CAFAP em Portugal.

A segunda parte, detalha toda a investigação metodológica realizada, onde são explanados cinco pontos: questão-problema e objetivos do estudo; metodologia e questões éticas que apresenta como subponto estudo de caso; técnicas de recolha de dados; categorias e subcategorias; caracterização dos participantes.

Para terminar, na terceira parte, surge a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos. Nesta parte, surgem ainda as considerações finais que fazem referência aos resultados obtidos comparando-os com os objetivos propostos nesta investigação, de forma a verificar se os mesmos foram ou não atingidos. Apresentam-se, ainda, as

referências bibliográficas que suportaram toda a informação e os respectivos anexos que completam o trabalho realizado.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – Família e Família Multidesafiada

1.1 Conceito de família: Breve perspetiva

A família é considerada um sistema complexo, composta por um conjunto de elementos que interagem entre si em diferentes níveis, num sistema sócio-ecológico (Barrocas, 2017).

Para Chagas (2017) a família é considerada como

o núcleo primário de socialização infantil e juvenil, é um meio privilegiado para a educação e para a individualização (...). É onde culminam uma série de emoções e sentimentos positivos e negativos entre os membros familiares, onde se constrói o lado social da realidade, por meio das interações que se desenvolvem e fornecem significado aos acontecimentos do dia-a-dia. (p. 5)

Para Alarcão (2000) citado por Pena (2019) a família representa o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, tenhamos ao longo do nosso ciclo vital, mais do que uma família.

Como resultado das mudanças históricas e sociais o conceito de família encontra-se em constante transformação por forma a dar resposta às exigências das diferentes fases do seu ciclo vital. Desta forma, compreende-se que a família pode ser vista como um fenómeno multidimensional e complexo, intrinsecamente ligado às transformações socioeconómicas e culturais. Essas mudanças, ao longo do tempo, revelam, a necessidade de ajustes na configuração/estrutura familiar assim como, nas relações e nos diferentes papéis assumidos pelos seus membros. (Benatti et al., 2021).

Assim, se por um lado, em 1991, a Organização Mundial de Saúde (OMS) citado por Pena (2019) caracterizava o conceito de família como

o grupo de pessoas de casa que tem certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, limitado em geral pelo chefe de família, esposa e filhos solteiros

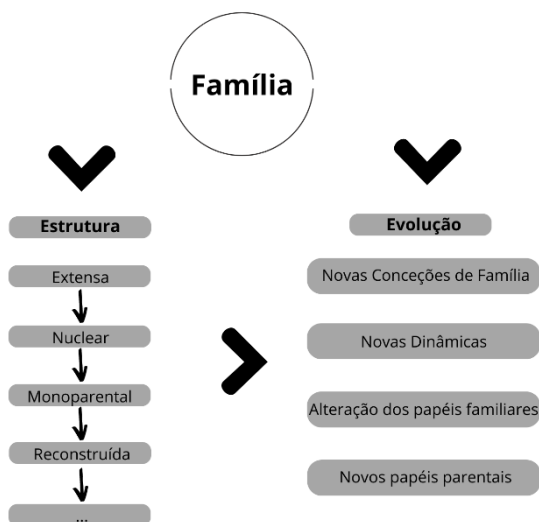
que convivem com eles, e é o primeiro agente social envolvido na promoção da saúde e no bem-estar. (p. 6)

Ao fim de três anos, ou seja, em 1994 procedeu a uma redefinição do conceito anteriormente citado, afirmando que, “o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família” (Pena, 2019, p. 7).

De acordo com Martinho (2019) numa perspetiva sistémica a família é definida como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (p. 15). Assim, pode-se entender que a família funciona como um sistema aberto, caracterizado pela interação constante, com o ambiente e com os diversos sistemas e subsistemas que o compõem, através de uma relação de troca mútua, onde esta influência é influenciada. (Barrocas, 2017).

Ao observarmos de perto a constituição familiar, constata-mos que, nos dias de hoje, há uma ampla variedade de configurações familiares. Na sociedade ocidental, especialmente nas últimas décadas, ocorreram transformações significativas nos modelos tradicionais, resultando no surgimento de uma diversidade de configurações e tipos de agregados familiares. (Cardoso, 2021). Neste sentido, a diversidade de configurações familiares, permitiu classificar as famílias em diferentes tipos, de acordo com as suas características. Entre elas, encontram-se as famílias nucleares, compostas por mãe, pai e filhos(as); as famílias monoparentais, formadas por apenas um progenitor, seja por questões de divórcio, viuvez ou opção em criar o/a filho(a) sozinho(a); famílias recompostas ou reconstruídas, fruto de um segundo casamento ou união; as famílias formadas por casais homossexuais; as famílias adotivas; e as famílias comunitárias, nas quais a convivência e o estabelecimento de laços afetivos surge num contexto coletivo. (Martinho, 2019).

A figura 1, apresentada abaixo, sintetiza o panorama de mudanças descrito no conceito de família e conseqüentemente, nos seus padrões de organização e funcionamento.

Figura 1.*Transformações na Família*

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Pena (2019, p.11).

Em suma, as transformações quer no conceito quer na estrutura da família são visíveis e significativas. No entanto, mais do que encontrar uma definição ou conceito, sobre família é fundamental olhar para as mesmas como um todo, considerando cada uma das partes de forma significativa (Barrocas, 2017).

1.2 Conceito de família multidesafiada

Inicialmente, o conceito de família multidesafiada era predominantemente associado a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, ou seja, aquelas que viviam no limiar da pobreza. Essa visão, negligenciava aspetos essenciais, como as relações interpessoais, sociais e familiares. Contudo, alvo das investigações sobre a temática, emergiu uma compreensão mais abrangente destas famílias, destacando-se outras dimensões relevantes, especialmente relacionadas com a estrutura e dinâmicas das relações familiares. (Coelho, 2017).

Neste seguimento, atualmente, compreende-se que as famílias multidesafiadas não se definem apenas pela presença de um sintoma preciso, mas sim pela sua forma de estar e

de se relacionar que, por sua vez, compromete uma série de problemas e dificuldades que afetam um número indeterminado de elementos (Godinho, 2018).

Portanto, apesar de não se encontrar um entendimento preciso relativamente à definição de um fator comum, reconhece-se “a presença de disfunções em diversas áreas do funcionamento individual, familiar e social, assim como défices de recursos e competências para enfrentar, de forma autónoma, as necessidades familiares, o que as conduz a uma situação de elevada vulnerabilidade” (Coelho, 2017, p. 25).

Assim, segundo Godinho (2018), as famílias multidesafiadas são caracterizadas pela “instabilidade, desorganização, isolamento social, labilidade de fronteiras, estilos parentais autoritários ou permissivos e frequentes patologias assim como por uma diminuída capacidade de resposta às necessidades dos filhos (...)” (p. 9).

1.3 Caracterização das famílias multidesafiadas

Atualmente face à realidade da nossa sociedade torna-se imprescindível que todas as famílias possuam uma capacidade de adaptação e resiliência face aos constantes obstáculos com que se possam deparar ao longo do seu percurso de vida. As dificuldades que estas famílias enfrentam e que as diferenciam das famílias que são consideradas funcionalmente estáveis é precisamente esta incapacidade para lidar com frustrações, a ausência parcial ou total de autoanálise e a falta de habilidade para negociar eficazmente em diversas situações (Godinho, 2018). Contudo, é importante reconhecer que estas famílias possuem habilidades e competências, mesmo perante as dificuldades e obstáculos do seu quotidiano. No entanto, o que impede que alcancem um desenvolvimento estável e saudável é o facto de estarem limitadas pelas suas próprias competências, ou seja, não possuem os conhecimentos e as habilidades necessárias para lidar com os desafios que enfrentam (Pena, 2019).

Segundo Alarcão (2005) citado por Godinho (2018)

(...) estas famílias caracterizam-se pela instabilidade, desorganização, isolamento social, labilidade de fronteiras, estilos parentais autoritários ou permissivos e frequentes patologias assim como por uma diminuída capacidade de resposta às necessidades dos filhos, o que resulta, por vezes, em situações de maus-tratos a crianças e jovens. (p. 9)

Na perspectiva de Melo e Alarcão (2011), as famílias multidesafiadas caracterizam-se por enfrentar, no presente ou no passado, condições de vida adversas. Estas podem decorrer de uma exposição prolongada, embora nem sempre severa, a ambientes stressantes, ou de situações de vidas difíceis e intensamente causadores de stress, ainda que por curtos períodos. Além disso, estas famílias, frequentemente, enfrentam múltiplos desafios ou stress simultaneamente, coincidindo em alguns casos com períodos de crises normativas.

Para além de Melo e Alarcão (2011), existem ainda autores como, Barrocas (2017) e Coelho (2017) que defendem que para se caracterizarem como famílias multidesafiadas é necessário verificar-se a presença simultânea de comportamentos problemáticos estruturados, estáveis ao longo do tempo e bastante graves em pelo menos dois membros da família. Além disso, é crucial identificar uma insuficiência significativa, principalmente por parte dos pais e/ou cuidadores, em garantir o desenvolvimento de atividades funcionais e expressivas que conduzam a uma evolução adequada da vida familiar. Isso pode envolver uma instabilidade nos limites, típica de um sistema com a presença de profissionais e outras figuras externas que substituem os membros incapazes. Uma característica adicional é a presença crónica de dependência da família em relação aos serviços, juntamente com o desenvolvimento de comportamentos sintomáticos não usuais nos pacientes envolvidos nesse tipo de processo (Barrocas, 2017).

Com base na informação apresentada, percebe-se que estas famílias têm sido recentemente identificadas como multidesafiadas, devido à multiplicidade de desafios que enfrentam ao longo da sua vida. A sua caracterização apoia-se, portanto, em dois eixos principais: as fragilidades e as vulnerabilidades, destacando a necessidade de recursos para superá-las, e as forças e competências familiares para fortalecê-las (Pena, 2019).

No que diz respeito ao nível de organização estrutural das famílias multidesafiadas, podemos referir que as mesmas são caracterizadas por ruturas e reconstruções constantes. A hierarquia familiar é confusa, destacando-se pela instabilidade e falta de controlo, resultante da escassa definição dos papéis dos seus membros e dos diversos subsistemas. Esta realidade manifesta-se também na ausência de regras familiares, indicando uma grande distância, fronteiras difusas e/ou excessivamente

permeáveis entre os membros. A situação descrita reflete a típica estrutura das famílias multidesafiadas (Coelho, 2017).

Neste sentido, é possível identificar alguns aspetos que caracterizam as estruturas comuns das famílias multidesafiadas, nomeadamente o pai periférico, o casal instável, a mulher solitária e a família petrificada. No que diz respeito ao pai periférico, este conceito refere-se ao papel secundário desempenhado pela figura paterna, abrangendo tanto as dimensões relacionais e afetivas como as económicas, como resultado de sua prolongada ausência. Esta situação resulta numa deterioração da relação entre pai e filho(s), afetando o sistema familiar como um todo. O segundo conceito, casal instável, refere-se a casamentos e relacionamentos esporádicos ou de curta duração. O conceito subsequente, mulher solitária, refere-se a famílias monoparentais, neste caso, femininas, nas quais a mãe opta por criar o/a(s) filho(as) sozinha, geralmente após relacionamentos instáveis ou fracassados. Já a estrutura familiar petrificada, diz respeito a situações originadas por eventos de vida não normativos, que afetam o desempenho dos papéis dos diferentes membros da família, dificultando o alcance de recursos necessários para enfrentar os desafios emergentes. (Coelho, 2017).

Face ao exposto, torna-se evidente que as famílias multidesafiadas apresentam uma estrutura familiar característica, marcada por deficiências na definição dos papéis nos diversos subsistemas familiares. Isso resulta num desequilíbrio entre os elementos do sistema, exercendo, por conseguinte, influência ao nível da conjugalidade e principalmente, da parentalidade.

Capítulo II – A Parentalidade nas Famílias Multidesafiadas

2.1 Conceito de parentalidade

O conceito de parentalidade encontra-se em constante evolução, por forma a acompanhar os desafios atuais relacionados ao papel de família e ao lugar da criança/jovem na sociedade. A experiência de ser pai ou mãe vai além dos aspetos sociais e biológicos, envolvendo também um processo de crescimento psicológico nos adultos que assumem essa função. Parentalidade pode ser entendida como o conjunto de ações e processos dedicados ao cuidado, proteção e orientação das crianças/jovens, com o objetivo de assegurar a sua sobrevivência, bem-estar e pleno desenvolvimento (Carvalho et al., 2019). Neste sentido, a parentalidade constitui um processo de interações entre

pais/mães/cuidadores e filhos (as), que geralmente ocorre num ambiente familiar, e refere-se ao comportamento das figuras parentais (progenitores ou cuidadores)) em relação aos seus/suas filhos (as), no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe tanto dentro como fora da família. A qualidade da ação parental é avaliada pela eficácia em promover o bem-estar, cuidado e desenvolvimento das crianças (Carvalho et al., 2019).

Para Barroso e Machado (2010) a parentalidade pode ser entendida como o conjunto de ações, emoções e pensamentos ou representações que os pais/cuidadores dedicam à criança/jovem, com o objetivo de criar um ambiente propício ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento físico, psicológico e sociocultural.

Na atualidade, a parentalidade é considerada um dos papéis mais gratificantes desempenhados pelos adultos, mas também uma das tarefas mais desafiadoras, complexas e repletas de responsabilidades (Barroso & Machado, 2010). O impacto da parentalidade na vida das pessoas torna este processo uma das transições normativas mais significativas no ciclo vital dos homens e mulheres (Coelho, 2017). Contudo, a forma como cada pai ou mãe vivencia este papel pode variar amplamente.

Nesse sentido, a parentalidade é entendida como uma condição dinâmica e em constante evolução. Isso ocorre porque cada etapa do desenvolvimento dos/das filhos (as) exige que os pais e/ou cuidadores ajustem as suas expectativas, emoções, comportamentos e preocupações. Assim, a parentalidade deve ser vista como um processo contínuo de adaptação, envolvendo não apenas as responsabilidades de cuidado e educação, mas também mudanças nas relações conjugais, redefinição ou conciliação de papéis e rotinas, limitações à liberdade individual, impactos na vida profissional e implicações económicas (Coelho, 2017).

Diante dessas perspetivas e com base nas definições de diferentes autores, percebe-se que o conceito de parentalidade não é uniforme. Ele varia conforme impressões subjetivas e crenças culturais, refletindo a complexidade e a diversidade do papel parental (Barroso & Machado, 2010).

2.2 As dimensões da parentalidade

As dimensões da parentalidade referem-se às diferentes formas de exercer as relações ou vínculos parentais e/ou familiares por adultos de referência, nomeadamente ao nível da gestão da atividade parental, dos recursos utilizados para garantir o bem-estar da criança, do suporte prestado e das competências e características de que os pais e mães dispõem. Quando estas dimensões integram entre si de forma articulada é possível afirmar que a atividade parental praticada assegura o desenvolvimento da criança, ou seja, está a ser exercida de uma forma minimamente adequada (Coelho, 2017).

Face ao exposto entende-se que uma parentalidade mínima adequada é aquela que impede danos na criança, seja ao nível físico ou emocional (Carneiro, 2023). Assim, a parentalidade mínima adequada é descrita por Carneiro (2023) como sendo

Constituída por quatro expectativas que devem ser cumpridas pelos progenitores. Em primeiro lugar, os pais devem conseguir evitar que as crianças sofram algum tipo de dano/maltrato; em segundo lugar deve ser garantido o desenvolvimento normal das crianças e para isso os pais devem ter conhecimento sobre os níveis desenvolvimentais pelos quais as crianças passam. (...) progenitores sejam capazes de assegurar o cuidado físico das crianças; por fim, os pais devem ser emocionalmente disponíveis e sensitivos de forma a criarem ligação e a compreenderem os seus filhos. (p. 12)

Para que a situação descrita se concretize, é fundamental considerar as competências e capacidades parentais como base (Carneiro, 2023). A capacidade parental refere-se à aptidão dos pais e/ou cuidadores para realizar ações em benefício dos/das seus/suas filhos (as), bem como à utilização eficaz dos recursos disponíveis para garantir o seu bem-estar e atender às suas necessidades. Por outro lado, a competência parental diz respeito às práticas efetivas adotadas pelos pais e/ou cuidadores, ou seja, às atitudes e comportamentos que aplicam no cuidado e desenvolvimento da criança/jovem, com o objetivo de promover o seu bem-estar ao longo do crescimento (Carneiro, 2023).

Neste seguimento, é importante mencionar as práticas e os estilos parentais como elementos determinantes nas dimensões da parentalidade. Estas vão ditar a prática de uma parentalidade adequada ou desadequada. De acordo com alguns autores, existe uma distinção entre estilos parentais e práticas parentais. Segundo Gomes (2017) as práticas parentais são “as estratégias usadas pelos pais que vão ajudá-los a atingir um determinado

objetivo estabelecido para os filhos e para isso incentivam comportamentos que consideram adequados e suprimem aqueles que não o são” (p. 7). Já as práticas parentais são definidas pela mesma autora como “o padrão global de características da interação dos pais com os filhos que geram um clima emocional” (p. 8).

De acordo com Albuquerque (2016), os estilos parentais refletem as atitudes adotadas pelos pais/cuidadores em relação aos filhos (as), determinando o ambiente emocional no qual as práticas parentais se manifestam. Por outras palavras, os estilos parentais representam o contexto em que os pais/cuidadores educam os (as) filhos (as), fundamentado nas suas práticas parentais. Esses estilos influenciam e moldam o clima emocional da relação entre pais/cuidadores e filhos (as), caracterizando a dinâmica desse vínculo. Por outro lado, as práticas parentais são definidas em situações específicas do quotidiano logo, “são comportamentos tidos pelos pais/cuidadores, nomeadamente, de disciplina e apoio e comportamentos interativos entre os pais e os filhos, de forma a repreender ou incentivar determinados comportamentos” (Albuquerque, 2016, p. 4).

Martins (2019), identifica quatro tipos de estilos parentais: o estilo autoritário, o permissivo, o negligente e o democrático/autoritativo. Todos os estilos mencionados englobam algumas das práticas parentais adotadas ao longo da educação parental. Um aspeto importante, é que os estilos parentais devem adequar-se à fase desenvolvimental da criança. “As ações praticadas pelo cuidador devem sempre ter em conta o superior interesse da criança, pois irão ter influência na forma como o descendente se irá desenvolver e no adulto que se tornará” (Carneiro, 2023, p. 9).

No estilo democrático/autoritativo, os pais ou cuidadores adotam uma abordagem afetuosa e centrada na criança, encorajando positivamente a autonomia desta. Além disso, têm em consideração as necessidades e interesses da criança, através do diálogo e do afeto. Simultaneamente, exercem um controlo firme e consistente quando surgem divergências, mas sem serem restritivos. Isto cria um ambiente estimulante e favorável ao seu desenvolvimento. Assim, neste estilo, as crianças tendem a desenvolver mais competências para a resolução de problemas, apresentam menos problemas de comportamento, e demonstram maior assertividade, autorregulação, autocontrolo e autoestima (Gomes, 2021).

No estilo permissivo, os pais ou cuidadores, enfatizam a autoexpressão e a autorregulação, o que significa que evitam adotar uma postura de autoridade perante a

criança ou jovem, apresentando uma atitude de aceitação e tolerância face aos impulsos, desejos e ações das mesmas (Freitas, 2020). Os/as filhos/as das figuras parentais permissivas têm, em geral, boas capacidades sociais, embora o seu desenvolvimento possa estar comprometido ao nível da assertividade, regulação emocional, autocontrolo, baixa autoestima e autoconfiança e um maior índice de comportamentos impulsivos e agressivos (Gomes, 2021).

As figuras parentais que adotam uma abordagem autoritária apresentam uma postura muito controladora e restritiva, impondo à criança ou jovem um determinado padrão de conduta, punindo-as caso não o sigam. Este estilo desencoraja a individualidade da criança ou jovem levando a que se sintam inseguras, com alguma dificuldade ao nível da regulação emocional e uma maior tendência para comportamentos desregulados (Freitas, 2020).

Por fim, os pais do estilo negligente são aqueles que não impõem responsabilidade aos filhos(as), mas também não encorajam a sua independência. Geralmente, são distantes, inacessíveis e desinteressados, falhando no fornecimento de apoio emocional necessário às crianças e jovens, recorrendo na maioria das vezes a punições para evitarem ser incomodados por estes (Pereira, 2020). Como resultado, as crianças ou jovens tendem a ser “tristes, frustrados, inseguros, desorientados, podendo mais facilmente ter problemas de conduta, como a delinquência” (Pereira, 2020, p. 8).

2.3 A parentalidade nas famílias multidesafiadas

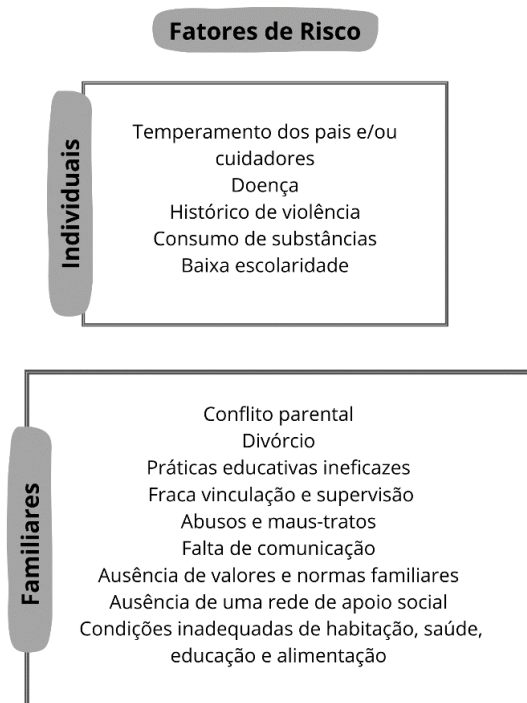
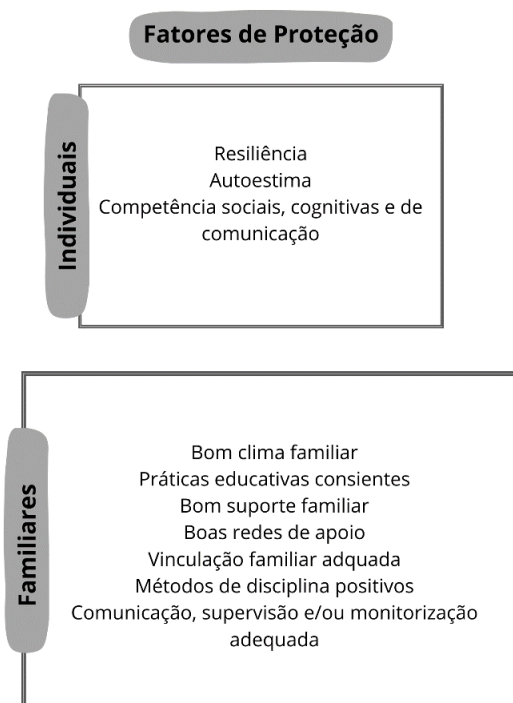
Com base na informação anteriormente discutida, conclui-se que este cenário pode gerar conflitos dentro do sistema familiar, dificultando o estabelecimento de relações equilibradas, igualitárias e complementares. Como consequência, surgem impactos negativos na execução das funções parentais (Coelho, 2017). Nesse contexto, essas funções acabam por ser desempenhadas de forma inadequada, podendo até ser abandonadas. Isso resulta na adoção de modelos parentais frágeis, inconsistentes, inadequados ou negligentes no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas das crianças/jovens, o que, em casos extremos, pode culminar na sua retirada do ambiente familiar (Coelho, 2017).

2.4 Fatores de risco e fatores de proteção na família

Descrevem-se os fatores de risco como aqueles em que se verifica a presença ou ausência de determinadas condições de vida, no contexto familiar, sendo que estes podem aumentar a possibilidade de emergirem comportamentos que conduzem a situações de risco e/ou perigo para a família, no geral, e para a criança ou jovem, em particular (Pena, 2019). Ou seja, o contexto familiar no qual a família está inserida assume-se como fator determinante no desempenho das funções e dos papéis parentais, podendo atuar como inibidor ou desinibidor no processo de adaptação dos membros ao subsistema parental (Coelho, 2017).

Assim, para Santos (2019) reconhece-se os fatores de proteção como processos, atitudes e situações de vida, que favorecem ou protegem o desenvolvimento saudável e seguro reduzindo, por sua vez, situações de risco. Por outro lado, os fatores de risco são associados a situações negativas adversas que aumentam a probabilidade de o indivíduo enfrentar dificuldades seja a nível físico, social ou emocional.

De acordo com Santos (2019) são vários os autores que apontam determinados motivos e situações como promotores de proteção ou, em contrapartida, promotores de risco. Assim, identifica-se uma boa ligação e vinculação familiar, uma comunicação e supervisão e/ou monitorização adequada e métodos de disciplina positivos como fatores de proteção na família. Por outro lado, a falta de coordenação e comunicação, o reduzido tempo partilhado entre os membros familiares, a ausência de valores e normas familiares, as tensões sociais e económicas, o divórcio e os conflitos familiares como a violência e os maus-tratos são considerados fatores de risco na família. Diversos autores referem, ainda, o nível socioeconómico da família, a baixa escolaridade dos pais/cuidadores, a desorganização familiar, as práticas parentais ineficazes, a ausência de uma rede de apoio social e afetiva e as condições inadequadas de habitação, saúde, educação, alimentação, bem como o consumo de substâncias, admitindo que estes podem constituir risco para o desenvolvimento da criança e jovem (Gomes, 2021). Assim, através das figuras 2 e 3, que a seguir se apresentam, expõem-se de forma sintetizada e esquematizada alguns exemplos de fatores de risco e de fatores de proteção, tendo por base a autora Pena (2019, pp. 24-26).

Figura 3.*Fatores de Risco***Figura 2.***Fatores de Proteção*

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Pena (2019, pp. 24-26)

Todo este panorama, terá influência direta na criança ou jovem ao nível do desempenho académico, do abandono escolar, do desenvolvimento psicossocial, dos níveis de ansiedade e depressão, do (auto)controlo e da (auto)confiança (Santos, 2019).

Neste sentido, é perceptível a influência que os diversos sistemas exercem no contexto familiar. Todos os elementos familiares estão dentro de um sistema que é influenciado por outros sistemas, nomeadamente, o contexto escolar e o contexto profissional.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner, oferece uma compreensão aprofundada sobre os fatores e processos que influenciam o desenvolvimento humano. Conforme explicado por Bronfenbrenner (1979), citado por Assis et al. (2021), o desenvolvimento humano é um processo contínuo, resultante da interação entre diversos sistemas interligados. Assim, a transição entre

diferentes contextos e a qualidade das relações estabelecidas nesses ambientes têm um impacto significativo no desenvolvimento da criança ou do jovem.

De acordo com o autor, o desenvolvimento individual, especialmente de crianças e jovens, é moldado por quatro sistemas inter-relacionados: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

O microsistema é definido como o ambiente imediato onde a criança vive e interage diretamente, abrangendo relações próximas, como as que ocorrem na família, no grupo de pares ou na escola. Já o mesossistema refere-se à interconexão entre os diferentes microsistemas nos quais a criança está inserida, como, por exemplo, a relação entre a família e a escola. Por sua vez, o exossistema abrange contextos nos quais a criança não participa ativamente, mas que ainda assim podem influenciar o seu desenvolvimento de forma indireta. Apesar de não interagir diretamente, os efeitos provenientes desses contextos podem repercutir na vida da criança. Um exemplo, é o local de trabalho dos pais onde situações que possam ocorrer nesse ambiente podem interferir com a maneira de interação destes com as crianças. Por fim, no macrosistema enquadra-se a sociedade no geral, ou seja, é o sistema mais amplo, na medida em que, abrange valores, ideologias, costumes, padrões socioculturais e crenças. Estes elementos têm um impacto significativo nas experiências que uma pessoa pode ter nos diferentes contextos, bem como nas ações e construções que surgem dessas experiências. Além disso, eles moldam as práticas e convenções ligadas aos vários papéis que um indivíduo desempenha e às pessoas com quem ele interage (Bronfenbrenner, 1979, citado por Assis et al., 2021).

Tendo como base o modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, entende-se que as funções parentais são afetadas não só pelas características da criança, mas também pelas características dos pais ou cuidadores e pelo contexto onde ambos se encontram inseridos. Tanto as características como o contexto podem facilitar ou, por outro lado, dificultar o exercício da parentalidade (Gomes, 2021).

Neste sentido, podemos concluir que o exercício da parentalidade é influenciado não apenas por fatores internos, como a estrutura e organização da família, mas também por elementos externos, tais como a capacidade de resposta dos pais ou cuidadores, o nível socioeconómico da família, a rede de apoio social, entre outros (Gomes, 2021).

2.5 Educação parental

Considerando que a família é o primeiro ambiente de socialização, ela desempenha um papel fundamental na vida da criança/jovem, sendo o seu ponto de partida e base constante ao longo do desenvolvimento, onde a criança/jovem nasce, cresce e constrói o seu percurso de vida (Barrocas, 2017). Nesse contexto, a educação parental torna-se essencial para o desenvolvimento e aprimoramento das competências e práticas dos pais/mães/cuidadores, as quais podem ter um impacto profundo na vida da criança/jovem, funcionando como fatores que tanto podem ser protetores quanto representar riscos para o seu desenvolvimento (Gomes, 2021).

Assim, percebe-se que, a educação parental que a educação parental visa principalmente o aprimoramento das habilidades dos pais/mães/cuidadores e a implementação de práticas educativas apropriadas, com o intuito de favorecer o desenvolvimento completo da criança/jovem e garantir o bem-estar das famílias, ou seja, para Gomes (2021) a educação parental é descrita como

uma tentativa formal de aumentar a consciência dos pais na utilização das suas competências parentais, implicando ações educativas de sensibilização, aprendizagem, treino ou esclarecimento relativo aos valores, atitudes e práticas educativas parentais” como forma de “promover o desenvolvimento das crianças através da melhoria do nível de informação dos pais sobre as competências parentais. (p. 25)

Por outras palavras, e de acordo com a perspetiva de Santos (2019) a educação parental procura proporcionar aos pais ou cuidadores ferramentas e estratégias específicas para fomentar uma parentalidade positiva, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento saudável da criança/jovem. Essas práticas têm como foco o fortalecimento das famílias, ajudando os pais/cuidadores a ajustar os seus comportamentos e a compreender melhor os seus sentimentos e expectativas, com o objetivo de melhorar o relacionamento com os (as) filhos (as).

Significa que, de uma certa forma, a educação parental surge como um campo emergente e fundamental no fornecimento de respostas aos problemas que os responsáveis pela criança ou jovem, atualmente, enfrentam (Carvalho et al., 2019).

2.6 Os programas de educação parental

A parentalidade é um acontecimento desafiador na vida do ser humano, contudo, se a maioria dos pais encara esta fase com naturalidade e de forma adequada, outros necessitam de orientação e apoio adicional para melhor compreender o desenvolvimento do seu(s) filho(s) e assim, responder adequadamente às suas necessidades (Godinho, 2018). É importante ressaltar que, cada estágio do desenvolvimento da criança requer conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas à fase em questão de forma a responder eficazmente às necessidades da mesma (Martinho, 2019).

Neste seguimento, são vários os autores que apontam os primeiros anos de vida como um período crucial para o desenvolvimento da criança, classificando-os como o “golden moment” (Soares et al., 2021). Segundo, estudos realizados nesta área, a participação em programas de educação parental nesta fase é fulcral verificando-se, a existência de resultados efetivos na área dos cuidados psicológicos e na promoção dos fatores de proteção (Soares et al., 2021).

Os programas de educação parental são assim, modelos de intervenção organizados para auxiliar os pais, com o propósito direto de melhorar as suas habilidades parentais e, conseqüentemente, influenciar positivamente o comportamento e/ou desenvolvimento de seus filhos. Assim, o principal objetivo destes programas passa por capacitar os pais para que possam exercer a sua parentalidade de forma mais eficaz, contribuindo para o crescimento saudável dos seus filhos (Pratas, et al., 2017). Estes programas podem abranger uma variedade de metas, conteúdos e abordagens, mas em geral, procuram informar e orientar os pais sobre o desenvolvimento e socialização das crianças, fortalecer os laços familiares, oferecendo estratégias para lidar com o comportamento dos filhos e incentivando a participação ativa na vida escolar e no processo de aprendizagem, oferecer suporte específico para famílias com crianças que enfrentam desafios de desenvolvimento e ainda, fornecer apoio social dentro da comunidade (Pratas et al., 2017).

Estes programas podem ser entendidos como um processo que oferece aos pais ou cuidadores ferramentas e estratégias específicas para apoiar o desenvolvimento da criança/jovem. Essa abordagem reflete uma postura focada em fortalecer os recursos e apoios à família, visando aprimorar o seu funcionamento, crescimento e desenvolvimento. O foco principal é promover a parentalidade positiva, especialmente em aspetos como a gestão do comportamento, o reforço de atitudes desejadas, o ensino

de novas habilidades, o estabelecimento de relações saudáveis, a criação de ambientes seguros e estimulantes para a aprendizagem, a aplicação de estratégias de disciplina assertivas, a definição de expectativas realistas e o cuidado com o bem-estar individual dos pais (Ferreira, 2008).

Estes programas podem também ser trabalhados no âmbito do reforço e promoção da resiliência familiar e, portanto, nestes casos, o principal foco passa pelo ensinamento de estratégias que estimulem os conhecimentos e as competências que os pais já possuem, em vez de ensinar novas competências parentais, ou seja, pretende-se capacitar a família para a sua autorreparação (Ferreira, 2008).

Em forma de síntese, importa referir que, os programas de educação parental podem assumir um carácter de promoção, prevenção ou remediação através de um formato de intervenções breves ou intensivas, atendimento pontual e informal ou estruturados, em diversos contextos (centros de saúde ou comunitários, escolas, CAFAP, entre outros) e podem ser realizados de forma individual ou grupal (Abreu-Lima et al., 2010). Contudo, o objetivo é transversal “visa, por um lado, a redução ou evitamento de práticas parentais negativas (como punição física, ameaça ou negligência) (...) Por outro lado, pretende promover a utilização de práticas parentais positivas e construtivas (...)” (Marçal, 2018).

Capítulo III – A Resiliência nas Famílias Multidesafiadas

O conceito de resiliência tem sido amplamente estudado nas ciências sociais e da saúde, especialmente no contexto das famílias. Refere-se à capacidade que algumas famílias demonstram em lidar com situações adversas, minimizando os impactos negativos dessas circunstâncias no seu bem-estar, na dinâmica familiar e no seu desenvolvimento coletivo (Martinho, 2019).

Todavia, falar sobre a questão da resiliência implica abordar a interação existente entre os fatores de risco e os fatores de proteção, uma vez que diversos fatores influenciam a capacidade de uma pessoa ser resiliente ou vulnerável em diferentes momentos de sua vida. É importante destacar que, quando se fala de resiliência familiar, o foco não deve estar apenas na pessoa em questão, mas sim em compreender o sistema familiar como uma unidade integrada, conforme é destacado por Pena (2019).

Tratando-se de um fenómeno complexo e multifatorial, a resiliência baseia-se na crença de que a família possui capacidade de superar desafios e evoluir (Rooke, 2019). Neste segmento, como a família é um sistema social composto por diversas interações, qualquer situação que afete um dos seus membros acaba por refletir-se em todos os outros membros do sistema familiar. Assim, torna-se pertinente a referência a dois conceitos considerados importantes nas diferentes configurações familiares. O primeiro conceito diz respeito à resiliência familiar, que segundo Walsh (2005) citado por Martinho (2019) caracteriza-se como a capacidade das famílias enquanto sistemas funcionais, se mostrarem capazes de resistir e ultrapassar desafios de vida stressantes, e ainda, emergir deles mais fortes e com mais recursos. “É uma vulnerabilidade reduzida ante experiências de risco ambientais ou como a superação de um stress ou adversidade” (Silva, 2019, p. 30), a manifestação de uma competência elástica em relação à adversidade (Simões, 2009, citado por Rooke, 2019) ou ainda, “a capacidade flexível e adaptativa que um sistema possui para se ajustar de forma eficaz aos distúrbios que ameaçam o seu funcionamento, viabilidade ou desenvolvimento” (Rooke, 2019, p. 4). Portanto, a resiliência familiar diz respeito às respostas adaptativas das famílias quando confrontadas com uma situação de adversidade.

O segundo conceito é o de empoderamento familiar, que, por sua vez, se refere a um processo que procura fortalecer as famílias, capacitando-as a desenvolver formas eficazes e saudáveis de enfrentar os seus desafios, por meio de estratégias criadas por elas mesmas (Souza, et al., 2006, citado por Martinho, 2019).

Abordando os fatores associados à resiliência familiar, aponta-se a pobreza, as desvantagens socioeconómicas, as deficiências, a violência comunitária, as doenças e os eventos catastróficos de vida, o que permite verificar a existência de um interjogo entre fatores protetores e fatores de risco, envolvendo não só o indivíduo, mas também a sua família e os contextos envolventes (Rooke, 2019). Como já referido no ponto 2.4, e de acordo com a mesma autora, os fatores de risco são eventos desfavoráveis que, quando presentes, aumentam a probabilidade dos indivíduos e das suas famílias enfrentarem problemas. Por outro lado, os fatores de proteção são características com potencial para promover a resiliência, ajudando as pessoas e as famílias a desenvolverem a sua adaptabilidade, segurança, autonomia e criatividade.

Um aspeto importante a considerar neste âmbito passa pelo facto de o que caracteriza uma família como saudável não é a ausência de problemas, mas a maneira que esta os enfrenta e as habilidades que utiliza para resolvê-los, o que confirma que as famílias em condições adversas podem ser consideradas saudáveis. Contudo, a resiliência não é algo inato, nem permanente. Perante uma determinada situação uma pessoa/família pode ser resiliente, mas futuramente face a outra situação pode não o ser. Ao longo do tempo, as repostas podem ser distintas, pois há uma interação entre as características individuais do sujeito e o contexto onde está inserido (Rooke, 2019). No entanto, Walsh (2016) refere que famílias que já foram resilientes no passado possuem uma bagagem favorecedora para lidar de forma mais eficaz com desafios futuros.

De acordo com Alarcão (2002) citado por Martinho (2019) as famílias podem enfrentar, no seu ciclo vital, dois tipos de pressão: internas, relacionadas às mudanças no desenvolvimento dos seus membros e subsistemas, e externas, associadas às exigências de adaptação às instituições que exercem influência sobre elas. Em qualquer que seja a situação, requiere do sistema familiar uma transformação de forma que o próprio sistema evolua sem ameaçar a sua identidade familiar. Estas situações podem gerar stress, mas quando geridas de forma equilibrada, geralmente, não levam a crises. Por outro lado, a incapacidade do sistema em adotar estratégias eficazes para lidar com essas transformações pode resultar em desequilíbrios e crises. Desta forma, intervenções que promovam a partilha, a comunicação e o desenvolvimento de competências são essenciais para fortalecer os indivíduos e aumenta o potencial de resiliência na família. (Walsh, 2005, citado por Martinho, 2019).

Estudar o presente conceito revela-se crucial para um melhor entendimento dos motivos que conduzem algumas famílias a serem afetadas gravemente por eventos traumáticos e outras a conseguirem superá-los, adaptando-se e fortalecendo-se como unidade familiar (Rooke, 2019).

Capítulo IV - Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

4.1 CAFAP em Portugal

Atendendo à natureza sistémica, dinâmica e complexa das famílias, as respostas sociais prestadas no âmbito de apoio à família, assumem-se como mecanismos especializados com extrema importância (Cardoso, 2021).

Nesta lógica, um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) é descrito como uma instituição especializada na área da infância e juventude, que oferece apoio direcionado a famílias em situações de risco psicossocial. O seu principal objetivo é garantir o superior interesse da criança ou do jovem, através de uma intervenção especializada. Para isso, o CAFAP foca-se na prevenção e resolução de situações de risco, promovendo e desenvolvendo competências parentais, pessoais e sociais no contexto familiar (Portaria n.º 139/2013, 2013).

Neste contexto, é relevante destacar que se considera em risco psicossocial a família em que os cuidadores da criança ou jovem apresentam comportamentos inadequados no desempenho de suas responsabilidades parentais, o que pode prejudicar ou pôr em perigo o desenvolvimento integral da mesma (Cardoso, 2021).

Relativamente à equipa técnica, um CAFAP é constituído por uma equipa multidisciplinar composta por educador(a) social, assistente social, psicólogo(a) e, em alguns casos, um(a) mediador(a) (Cardoso, 2021).

Em conformidade com o artigo 3.º da Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril (2013) os objetivos de um CAFAP passam por:

a) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva; b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança; c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental; d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas; e) Potenciar a melhoria das interações familiares; f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida; g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual; h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar; i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso (p. 1942).

Perante o exposto, compreende-se que o CAFAP assume um papel fundamental no diagnóstico, prevenção e resolução de situações de risco psicossocial nas famílias, além de contribuir para a promoção de uma parentalidade positiva (Correia, 2018). Esta

resposta social visa, portanto, a qualificação familiar mediante a capacitação das famílias, ajudando-as na aquisição e no fortalecimento de competências parentais em todas as áreas da sua vida familiar, oferecendo para isso diferentes níveis de intervenção que podem ser de cariz pedagógico ou psicossocial e que, de acordo com as necessidades específicas das famílias, integram as seguintes modalidades: Preservação Familiar, a Reunificação Familiar e o Ponto de Encontro Familiar. Segundo as palavras de Correia (2018) podemos caracterizar cada uma das modalidades da seguinte forma:

(...) a preservação familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida. A reunificação familiar concentra-se no regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, nomeadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva podendo decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário. Por fim, o ponto de encontro familiar, designadamente, um espaço neutro e idóneo, que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, especialmente em situações de conflito parental e de separação conjugal (pp. 29-30).

O presente estudo incide sobre a modalidade de preservação familiar onde segundo Cardoso (2021) o foco passa por reforçar competências existentes nas famílias e ajudar na aquisição de novas competências úteis para o exercício das responsabilidades parentais, fornecendo às famílias estratégias e recursos para uma melhor dinâmica e organização familiar.

Sendo o CAFAP, uma resposta social de apoio a famílias com crianças e jovens menores é expectável que se regule por uma legislação específica, na qual se destaca, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro), mais concretamente o artigo 41.º que diz respeito à Educação Parental e que explicita o seguinte: “Quando são aplicadas as medidas previstas nos artigos 39.º e 40.º, os pais ou os familiares a quem a criança ou o jovem são entregues, podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais” (Cardoso, 2021, p. 45).

Neste contexto, a formação parental tem como propósito o reforço e a aquisição de competências essenciais para o exercício das responsabilidades parentais. Estas

responsabilidades são cruciais, pois atuam como um guia para educar as crianças e jovens, assegurando o seu desenvolvimento em diferentes áreas: física, emocional, social, comunitária e dentro do contexto familiar. No que diz respeito ao apoio psicopedagógico e social, a formação parental engloba uma intervenção integrada que abrange aspetos psicológicos, educacionais e sociais. O objetivo passa por promover a autonomia e a resiliência das famílias, incutindo-lhes a consciência de que têm capacidade para superar desafios e modificar a dinâmica familiar e pessoal. Essa intervenção visa, portanto, melhorar as condições de vida das famílias no seu todo (Correia, 2018).

Parte II- Enquadramento Metodológico

A abordagem metodológica presente neste documento alude num primeiro momento à metodologia utilizada, apresentando a questão-problema do estudo e os respetivos objetivos gerais e específicos. Em seguida, apresenta-se a metodologia e as questões éticas, seguidas da descrição das técnicas utilizadas na recolha dos dados, análise documental e entrevista semiestruturada, respetivamente. Categorias, subcategorias e indicadores. Posteriormente, surge a caracterização dos participantes do presente estudo assim como, a apresentação, análise e discussão dos dados.

1.1 Questão-problema e objetivos do estudo

O presente estudo iniciou com a formulação de uma questão norteadora. Com base nos argumentos de Morais (2013), destaca-se que uma questão-problema tem a função de direcionar a investigação, devendo ser apresentada de forma clara e objetiva para facilitar a obtenção de respostas e a procura por soluções.

Neste sentido, emergiram várias inquietações que podem ser traduzidas pelas seguintes questões: a) De que forma os programas de educação parental influenciam as dinâmicas de vida das famílias multidesafiadas? ; b) Quais são os impactos e desafios dos programas de educação parental em famílias multidesafiadas? ; c) De que forma os programas de educação parental podem contribuir para a melhoria do bem-estar e desenvolvimento das famílias multidesafiadas?

Contudo, de forma a dar voz às famílias multidesafiadas e às técnicas de intervenção foi escolhida como questão central a seguinte:

De que forma os programas de educação parental influenciam as dinâmicas de vida das famílias multidesafiadas?

Como resposta à seguinte questão foram delineados os seguintes objetivos:

Geral - Compreender os contributos dos programas de educação parental para as famílias multidesafiadas em contexto de intervenção CAFAP.

Específicos – a) Analisar as perceções das famílias multidesafiadas e das técnicas face aos programas de educação parental; b) identificar forças e fraquezas dos programas de educação parental.

1.2 Metodologia e questões éticas

A metodologia utilizada, no presente estudo, é de natureza qualitativa. Estudou-se um fenómeno social concreto, neste caso, as famílias multidesafiadas do CAFAP da zona norte que frequentam e/ou frequentaram programas de educação parental e, portanto, recorreu-se ao estudo de caso onde se procedeu a uma recolha de informação através de entrevistas semiestruturadas a estas famílias e, também, às técnicas da respetiva instituição, tendo em conta os objetivos formulados para o presente estudo. Igualmente se procedeu a uma análise documental por meio de pesquisa bibliográfica e à apreciação reflexiva dos processos individuais das famílias.

Neste seguimento, e tendo como base João (2019) “o estudo de caso consiste na realização de uma avaliação intensiva em amplitude e profundidade de um determinado fenómeno social, de modo a obter resultados que possibilitem um maior entendimento do que se pretende estudar” (p. 24).

De acordo com a mesma autora, o estudo de caso assume-se como uma metodologia de investigação hipotético-dedutiva, onde o investigador retira conhecimento a partir de uma determinada realidade, neste caso, de carácter social. Essa abordagem de pesquisa possibilita a recolha de uma ampla gama de dados, uma vez que o investigador tem liberdade para direccionar o estudo conforme considera mais adequado.

Segundo João (2019) “o estudo de caso consiste na realização de uma avaliação intensiva em amplitude e profundidade de um determinado fenómeno social, de modo a obter resultados que possibilitem um maior entendimento do que se pretende estudar” (p. 24).

De acordo com a mesma autora, o estudo de caso assume-se como uma metodologia de investigação hipotético-dedutiva, onde o investigador retira conhecimento a partir de uma determinada realidade, neste caso, de carácter social. Essa abordagem de pesquisa possibilita a recolha de uma ampla gama de dados, uma vez que o investigador tem liberdade para direccionar o estudo conforme considera mais adequado.

Neste caso em específico, o estudo foi direccionado para quatro famílias, em alguns casos que já foram acompanhadas e noutros casos ainda o são, no âmbito de programas de educação parental pelo CAFAP da zona norte, no sentido de perceber de que forma é que a intervenção desta resposta social constitui, de facto, uma mais-valia para a concretização dos processos de mudança dos agregados familiares e de que forma é que estes os percebem como sendo um apoio necessário. Direccionou-se, ainda, a três técnicas da respetiva instituição por forma a compreender como percecionam este tipo de intervenção.

1.3 Técnicas de recolha de dados

Na sequência da recolha de dados, para o presente estudo, seguiram-se determinados princípios éticos, por forma a assegurar o anonimato e a confidencialidade das informações. Foram elaborados dois guiões de entrevistas, um direccionado às famílias e outro às técnicas de intervenção socioeducativa (Consultar Anexo A e B). Para prosseguir com as entrevistas, cada entrevistado assinou um documento de consentimento informado, possível de ser consultado no Anexo C.

As técnicas de recolha de dados, utilizadas no presente estudo, foram a análise documental e o inquérito por entrevista. A análise documental, num primeiro momento, deu-se através da realização de uma pesquisa bibliográfica intensiva, nomeadamente a artigos científicos, dissertações, entre outros documentos. Neste âmbito, a utilização da análise documental tornou-se fundamental para a organização da informação recolhida de forma a fundamentar teoricamente a presente dissertação. Num segundo momento, a análise documental deu-se através do estudo dos processos individuais das famílias alvo

da investigação, objetivando a concretização de um perfil sociodemográfico das mesmas, onde se recolheram informações como sexo, idade, estado civil, habilitações literárias, entre outras, mencionadas mais à frente.

Esta técnica é frequentemente, utilizada na análise e investigação de fenómenos sociais (João, 2019), com o objetivo de expandir ou enriquecer o conhecimento existente, possibilitando novas interpretações das informações já disponíveis (Cardoso, 2021).

Foi solicitada a autorização ao respetivo CAFAP para a consulta dos processos individuais com as características desejadas, garantindo a confidencialidade das famílias e de todos os envolvidos na divulgação dos dados. Após a obtenção da autorização, iniciou-se a análise dos processos nas instalações do CAFAP.

No que diz respeito às entrevistas, estas foram de carácter individual e, nesse sentido, semiestruturadas. Importa referir que depois de contruídas foram revistas por duas professoras, uma do Instituto Politécnico de Bragança, doutorada em ciências da educação e a outra do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorada na área da educação social. Posteriormente, foram aplicadas às famílias multidesafiadas, que frequentam e/ou frequentaram programas de educação parental no CAFAP da zona norte e às técnicas da respetiva instituição, por forma a compreender quais as suas perspetivas face aos programas de educação parental.

A entrevista semiestruturada, é o modelo mais utilizado na investigação da área social (João, 2019). Este tipo de entrevista segue um guião, composto por um conjunto específico de perguntas, elaboradas previamente pelo investigador. Este método é bastante enriquecedor, pois permite ao investigador incluir outras questões de forma a atingir eficazmente os objetivos previstos e, simultaneamente, possibilita que os entrevistados tenham liberdade para abordar outros assuntos que considerem relevantes (João, 2019). Contudo, é fundamental que o investigador guie a entrevista de modo a alcançar os objetivos do estudo, enquanto controla adequadamente o tempo disponível para a mesma (Cardoso, 2021).

Desta forma, foram realizadas sete entrevistas, semiestruturadas, sendo que quatro das quais foram dirigidas às famílias, as outras três às técnicas do CAFAP e, em todas as situações, de forma individual. Os guiões das entrevistas foram estruturados de maneira a atender aos objetivos do presente estudo, funcionando como uma orientação durante a

entrevista. No entanto, foi sempre possível à pessoa entrevistada abordar quaisquer outros assuntos que considerasse relevantes para o tema discutido.

Como já referido, elaboraram-se dois guiões de entrevista, um com questões orientadas para as famílias e outro com questões orientadas para as técnicas (Consultar Anexo A e B). Todas as questões eram abertas, de modo a permitir que as entrevistadas pudessem refletir sobre as mesmas, sendo privilegiada a interação direta.

Procurou-se estudar famílias cujos processos, no CAFAP, já tivessem encerrados, de forma a atingir uma melhor perceção dos resultados dos programas de educação parental. Contudo, entretanto, numa das situações voltou a ser reaberto, já no decorrer desta investigação.

As técnicas entrevistadas assumiam funções distintas, nomeadamente a equipa era composta por uma educadora social, uma assistente social e uma psicóloga/mediadora familiar.

As entrevistas, quer com as famílias, quer com as técnicas, decorreram no período de maio de 2024. As famílias entrevistadas foram contactadas telefonicamente, tendo-se mostrado disponíveis para o agendamento das entrevistas nas instalações do CAFAP, tendo as entrevistas demorado entre 20 e 30 minutos. De sublinhar que o houve o consentimento prévio e informado dos participantes, ressaltando a obrigação de confidencialidade e a possibilidade de em qualquer momento não participarem no estudo (Anexo C).

No que toca ao tratamento de dados, este foi realizado recorrendo a uma análise de conteúdo que, segundo Bardin (2016) diz respeito a

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p. 42)

Para Rodrigues (2019) citado por Batista et al. (2021) a análise de conteúdo enquanto método de interpretação e tratamento dos dados

(...) procura ir além da descrição das mensagens, pois é preciso atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo dessas mensagens, por meio da

interpretação. Existem duas possibilidades de interpretação, aquela realizada a partir de um aporte teórico constituído, ou através de uma teoria que emerge a partir dos próprios dados. (...). (p. 55)

1.4 Categorias e subcategorias

Tal como referido anteriormente, para o presente trabalho de investigação recorreu-se à análise de conteúdo para o tratamento dos dados, cujo método, segundo Bardin (2016) citado por Valle e Ferreira (2024) engloba três fases: a pré-análise, a exploração do material tratamento dos resultados, inferência e interpretação (p. 9). Concluídas as entrevistas, procedeu-se à transcrição das mesmas e à organização correspondente, bem como à associação das respostas às categorias definidas. Posteriormente, com base nessas categorias e nas respostas obtidas, foram elaboradas as subcategorias.

A categorização é tida como “um processo de redução dos dados pesquisados, pois as Categorias de Análise representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação (...)” (Batista et al., 2021, p. 56).

Assim, nas Tabelas 1 e 2, apresenta-se a primeira e segunda categoria, respetivamente, a subcategoria e os indicadores.

Tabela 1.

Categoria Contributos dos Programas de Educação Parental - Visão das Famílias

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Contributos dos programas de educação parental.	Visão das famílias face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte.	1.1 Problemáticas/ Razões da sinalização 1.2 Perceção sobre a intervenção da equipa técnica 1.3 Perceção sobre o programa 1.4 Perceção sobre o tempo da intervenção 1.5 Resultados dos programas de educação parental 1.6 Aspetos positivos e negativos dos programas de educação parental

Fonte: Elaboração própria (2024)

Tabela 2.*Categoria Contributos dos Programas de Educação Parental - Visão das Técnicas*

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Contributos dos programas de educação parental.	Visão das técnicas de intervenção socioeducativa face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte.	2.1 Problemáticas/ Razões da sinalização 2.2 Estratégias da intervenção 2.3 Duração média dos programas de educação parental 2.4 Taxa de sucesso dos programas 2.5 Perceção sobre a intervenção da equipa técnica 2.6 Perceção sobre o programa 2.7 Aspetos positivos e negativos dos programas de educação parental

Fonte: Elaboração própria (2024)

2.4 Caracterização dos participantes

No presente estudo, como critério de inclusão na investigação teve-se em conta que as famílias fossem multidesafiadas e que frequentassem (ou tivessem frequentado) programas de educação parental, na presente instituição. Desta forma, o grupo de participantes é composto por quatro famílias multidesafiadas e três técnicas do CAFAP da zona norte.

Ao longo desta investigação, as famílias serão identificadas por meio de uma letra do alfabeto, atribuída de acordo com a letra inicial do nome de cada entrevistada(o), associando em todas as situações o F (referente a família). Assim, os/as entrevistados(as) são designados por: Família M (FM), Família R (FR), Família T (FT) e Família A (FA). Relativamente às técnicas, o mesmo se aplica, à exceção do F (referente a família) que passa a T (referente a técnica). Assim, os/as entrevistados(as) são designados por: Técnica I (TI), Técnica E (TE) e Técnica A (TA).

Desta forma, nas tabelas que se seguem são apresentados os dados recolhidos correspondentes aos participantes, com as seguintes variáveis: idade, habilitações e situação profissional, de ambos os progenitores, na tabela 3. Caracterização do agregado familiar, número de pessoas que integram o agregado familiar, número de crianças/jovens que integram o agregado familiar, número de filhos e idade atual, na tabela 4. Idade do filho quando o programa foi aplicado, entidade sinalizadora do processo, problemática

familiar associada ao processo de sinalização, âmbito da intervenção, estado do processo e motivo do encerramento e/ou reabertura do processo, na tabela 5.

Importa referir que, os dados recolhidos ocorreram por meio de análise dos processos individuais, assim como de informação complementar recolhida nas entrevistas.

Tabela 3.

Caracterização Sociodemográfica das Famílias Entrevistadas

	Caracterização Sociodemográfica					
	Idade da figura parental feminina	Idade da figura parental masculina	Habilitações da figura parental feminina	Habilitações da figura parental masculina	Situação profissional da figura parental feminina	Situação profissional da figura parental masculina
Família A (FA)	50	Não aplicável	12.ºano	Não aplicável	Desempregada	Não aplicável
Família M (FM)	41	40	12.ºano	12.ºano	Restauração e Hotelaria	Bombeiro
Família R (FR)	30	37	6.ºano	9.ºano	Desempregada	Desempregado
Família T (FT)	49	_____	Licenciatura	_____	Baixa médica	Empresário

Fonte: Elaboração própria (2024)

De acordo com os dados obtidos, é possível aferir que apenas 1 dos participantes possui o grau de licenciatura, 2 dos participantes possuem o 12.ºano ano de escolaridade e 1 participante possui o 6º ano de escolaridade. As idades variam entre os 30 e os 50 anos, na figura parental feminina e entre os 37 e 40 anos, na figura parental masculina. Relativamente à situação profissional, no caso da figura parental feminina, a FA e FR encontram-se desempregadas, a FM empregada e a FT em baixa médica e, por outro lado, no caso da figura parental masculina, na FM e FT encontram-se empregados e na FR desempregado.

De referir que, no caso da FA, o não aplicável justifica-se pelo facto de a progenitora ser viúva. A indicação do seguinte símbolo “___” justifica-se pela não obtenção dos dados, dado que as famílias não quiseram partilhá-los.

Tabela 4.

Caracterização do Agregado Familiar

	Caracterização do agregado familiar	N.º de pessoas que integram o agregado familiar	N.º de crianças/jovens que integram o agregado familiar	N.º de filhos	Idade do filho alvo da intervenção
Família A (FA)	Monoparental	2	1	4	16
Família M (FM)	Monoparental	3	2	2	15
Família R (FR)	Nuclear	5	4	3	11
Família T (FT)	Reconstruída	3	2	2	13 e 9
Observações	Na data do estudo, a FR integrava mais uma criança no agregado familiar.				

Fonte: Elaboração própria (2024)

De acordo com a leitura da tabela 4, é possível constatar que, ao nível de tipologia familiar, duas das famílias são monoparentais, uma das famílias é nuclear e uma é reconstruída. O número de pessoa no agregado familiar situa-se entre os 2 e os 5 elementos e o número de crianças/jovens situam-se entre 1 e 4 elementos. Relativamente ao número de filhos, este varia entre os 2 aos 4 filhos, nomeadamente, 4 filhos na FA, 2 filhos na FM e FT e 3 filhos na FR. Por último, entendeu-se pertinente perceber qual a idade atual do filho, alvo da intervenção e, posteriormente, na tabela 4, qual a idade do filho quando o programa foi aplicado. Aferiu-se que, a FM foi a família que participou mais recentemente no programa (aproximadamente há 1 ano), as restantes famílias participaram aproximadamente há 3 anos.

Tabela 5.

Outros Elementos Caracterizadores das Famílias Entrevistadas

	Idade do filho quando o programa foi aplicado	Entidade sinalizadora do processo	Problemática familiar associada à sinalização	Estado do processo	Motivo do encerramento e/ou reabertura do processo
Família M (FM)	14	Ministério Público (MP)	Crime de ofensa à integridade física qualificada	Fechado (2023)	Atingiu os objetivos propostos. Autonomização da família
Família A (FA)	13	Tribunal de Família e Menores	Negligência Parental	Reaberto (encerramento em 2019; reabertura em 2023)	A menor assumiu comportamentos que comprometeram o seu desenvolvimento e bem-estar (fuga e agressão)
Família T (FT)	10 e 6	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	Suspeita de abuso sexual	Fechado	Não confirmação da suspeita da sinalização. Atingiu os objetivos do programa de educação parental.
Família R (FR)	8	Tribunal de Família e Menores	A criança assume comportamentos que comprometem o seu desenvolvimento e bem-estar	Reaberto (Passou do tribunal para a CPCJ)	Após a aplicação do programa o processo é arquivado. Após a detenção da progenitora verifica-se uma continuação dos comportamentos desafiadores
Observações	Na FR importa considerar que após a aplicação do programa a progenitora foi detida e o progenitor é recluso desde a concepção do menor.				

Fonte: Elaboração própria (2024)

No que diz respeito à variável *entidade sinalizadora do processo*, na FA e FR, foi o Tribunal de Família e Menores a entidade responsável pela sinalização e, posterior, encaminhamento para o CAFAP. Por outro lado, na FT foi a CPCJ e na FM o Ministério

Público (MP). A problemática familiar associada à sinalização em cada uma das famílias é bastante distinta, na FM surge o crime de ofensa à integridade física qualificada, na FA surge a negligência parental, na FT suspeita de abuso sexual e, por último, na FR o menor assumiu comportamentos que comprometerem o seu desenvolvimento e bem-estar.

Relativamente ao estado do processo, verifica-se que, 2 processos estão encerrados (FM e FT) e os restante 2, correspondentes à FA e FR foram reabertos. Na FM e FT, o motivo do encerramento prende-se com o facto destas famílias terem cumprido com os objetivos propostos e, portanto, autonomizarem-se. Na FA, a menor voltou a assumir comportamentos que comprometeram o seu desenvolvimento e bem-estar, nomeadamente, fuga e agressão. Por último, na FR, a situação é mais delicada, pois a reabertura do processo prende-se com o facto de a progenitora ter sido presa o que levou o menor a repetir os comportamentos desafiadores que apresentava antes da primeira intervenção.

Tabela 6.

Função das Técnicas de Intervenção Socioeducativa

Técnica I (TI)	Educadora Social
Técnica A (TA)	Assistente Social
Técnica E (TE)	Psicóloga e Mediadora Familiar

Fonte: Elaboração própria (2024)

Parte III – Apresentação, Análise e Descrição dos Dados Recolhidos

Nesta parte, procede-se à análise dos dados recolhidos e respetiva interpretação e resultados, seguido das principais conclusões. Serão apresentados excertos das entrevistas considerados como relevantes para a análise dos dados.

3.1 Análise e discussão das categorias

Na primeira categoria, *Contributos dos programas de educação parental* é considerada a subcategoria, *Visão das famílias face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte*. Os indicadores analisados nesta categoria são: *Problemáticas/Razões da sinalização*, *Perceção sobre a intervenção da equipa técnica*, *Perceção sobre o programa*, *Perceção sobre o tempo da intervenção*, *Resultados dos programas de educação parental* e *Aspetos positivos e negativos dos programas de educação parental*. O objetivo desta categoria é compreender estes fatores de acordo com as perspetivas das próprias famílias.

Assim, no que diz respeito ao indicador *Problemáticas/Razões da sinalização*, aponta-se o crime de ofensa à integridade física qualificada na FM, negligência parental na FA e FT e comportamentos comprometedores do desenvolvimento e bem-estar, por parte do menor, na FR.

No indicador, *Perceção sobre a intervenção da equipa técnica*, quando questionada sobre o impacto que a notícia de que teria de realizar o programa de formação parental no CAFAP, teve em si, a FM apontou:

Foi um choque muito grande. Comecei a chorar, estava desesperada, porque não sabia para onde vinha. (...) No entanto, foi uma coisa que eu não esperava, uma coisa boa mesmo. Conheci gente boa e aprendi muita coisa, aprendi como lidar com os filhos em casa, a manter a calma e pronto. Agora estou feliz, os meninos estão bem.

Em contrapartida, apesar da resposta da FT ser igualmente positiva, tem uma particularidade importante, uma vez que esta família procurou esta intervenção e autopropôs-se a frequentar o programa:

Nós recorremos aqui à ajuda no CAFAP enquanto família (...) eu e o pai dos meninos nos estávamos a divorciar e, portanto, para tentar que as coisas funcionassem o melhor possível a nível parental, porque a comunicação era muito

má. (...) Eu não sabia sequer que havia este tipo de ajuda, mas quando soube fui eu que recorri cá (...), aliás em tribunal fui eu que sugeri à minha advogada se poderíamos continuar a ter a ajuda aqui do CAFAP (...).

Face às questões “(...) *na altura, quando soube disso como é que se sentiu? (...) Percebeu que isto era para ajudar?* a FR respondeu: *Bem, era para ajudar o meu filho, ajudaram-me também a mim (...).*

No indicador, *Perceção sobre o programa de educação parental* quando questionada sobre a importância do programa para ultrapassar os problemas responsáveis pela sinalização, a FT respondeu que a participação no programa foi importantíssima, pois de acordo com as suas palavras:

ter alguém que é neutro e consegue avaliar e dar uma opinião, porque é muito complicado nós estamos na situação e só temos a nossa perspetiva e às vezes até pode ser errada. Eu tinha a minha, ele tinha a dele e haver alguém a mediar e a por um ponto de equilíbrio e a... pronto, essencialmente aprendemos a escutar, eu pelo menos, eu acho que ele também, mas vou falar por mim, a escutar, a escuta ativa, não é? A perceber que por exemplo, os meninos não podiam ser triangulados, não é? Portanto, o que há a comunicar é diretamente, e falo... (...) a ter ponderação, muita ponderação, a relevar muita coisa porque não vale a pena, vai despoletar ali novas situações caóticas e, portanto, ajudou a muitos níveis. Pronto, desde aa... e mesmo agora qualquer coisa eu falo com as técnicas.

No indicador *Perceção sobre o tempo de intervenção*, as quatro famílias frequentaram o programa de formação parental durante um período médio de 6 meses. Quando questionadas se o tempo da formação tinha sido ou não suficiente a FM apontou que, *Foram 6 meses, estava bom, porque também às vezes nem sempre temos tempo (...).* Contudo, acredita que se o programa tivesse durado mais tempo os resultados teriam sido mais efetivos:

se for 1 ano melhor ainda. Nós nunca paramos de aprender, aprendemos todos os dias. Cada vez que eu vinha aqui nos dias de formação eu saia daqui com coisas novas, por isso em 1 ano vale sempre a pena, isso é uma relíquia para a pessoa.

A FR considera que o tempo do programa foi suficiente, pois *elas (técnicas) também estão sempre em cima dele, elas vão lá na mesma.*

Apenas a FT frequentou o programa durante 1 ano considerando o tempo do mesmo adequado às suas necessidades parentais.

Relativamente ao indicador, *resultados do programa*, de acordo com a perspectiva da FR, é possível constatar que a atitude enquanto figura parental mudou, após o programa:

Eu antes gritava-lhe. Dizia está quieto e ele fazia o mesmo, para quieto e ele não parava e agora não, agora só lhe digo uma vez estás quieto? Não estás tiro-lhe as coisas que tiver e vai para o quarto. É diferente. (...) Eu falo com ele, sento-me com ele a falar, digo-lhe porque fazes isso? Se a mãe disse isto

Eu antes era muito explosiva, não me controlava. Agora já me consigo controlar melhor (...) falo, uma pessoa tem de ver as coisas (...) graças ao programa (FR).

Melhorou a relação, melhorou a atitude, melhorou o comportamento, melhorou tudo (FA).

Eu antes era muito explosiva e agora sinto-me mais calma. Desde que frequentei esta formação, por acaso é uma formação muito valiosa (FM).

Face à mesma questão, a FT apontou:

Eu acho que sim, eu acho que sim (risos). Eu já ouvi a minha filha dizer: Ó mãe tu estás diferente, para melhor. Portanto, alguma coisa eles devem notar, porque secalhar coisas que me afetavam eu acabava por levar para eles e não, eles não têm culpa, não faço mais.

Neste sentido, quando questionadas se o programa foi positivo, a resposta foi afirmativa, pois de acordo com estas famílias, conseguiu melhorar a situação inicial: *Ele andou aí uma temporada que se estava a portar bem, na altura do programa (FR); Foi muito positiva.*

Para além destes testemunhos, as famílias revelaram que, atualmente, continuam a aplicar as estratégias que aprenderam ao longo do programa de educação parental.

Ainda relativamente a este indicador, as famílias apontaram alguns dos conhecimentos que adquiriram no decorrer dos programas de educação parental:

Regras e limites (FA); Aprendi também a não ser tão exigente (...) saber que eu tenho de fazer a minha parte, a outra parte já não me cabe(...) (FT); ponderar, gritar não resolve nada, nem faz parte, não, não vale a pena ir por aí, acho que já é uma coisa que consigo controlar muito bem (FT); ponderação e diálogo, conversar com eles, comunicar com eles, fazer-lhes entender que não pode ser tudo como querem. Dizer-lhes a mãe fica triste, eu não fazia isso, eu também aprendi a fazer isso (FT); (...) escutar mesmo, validar, deixar que o outro perceba que eu entendi mesmo que a minha opinião seja diferente (...) (FT); Aprendi a manter a calma, a pôr limites aos meninos, a saber ouvi-los, a negociar, fiz uma atividade de sistema de pontos e um contrato com o meu filho (FM).

Por fim, no indicador *aspectos positivos e negativos dos programas de educação parental* a FM, inicialmente, referiu que na sua perspectiva não havia aspectos a melhorar, contudo, quando questionada sobre a possibilidade de os programas integrarem os dois progenitores a presente família apontou que: *se tivessem os dois melhor. Melhor porque lá está, os dois estavam no mesmo acordo (...)*. Mesmo assim, a família não considera como aspeto negativo o facto de ser direccionado apenas para um progenitor, pois *depende da situação também. Na minha situação, o problema foi comigo. Acho que a pessoa que agiu é que tem de fazer a formação.*

Na perspectiva da FR, todos os aspectos foram positivos. *Negativos não foi nenhum, porque elas vão lá, são humildes, sabem conversar com as pessoas, com as crianças. Iam lá todos os meses, uma pessoa tem um problema elas estão lá na mesma para desabafar e ouvir, por acaso gosto muito delas.*

Se o outro fizesse claro que também crescia e podia potenciar ainda mais a relação da parentalidade (...) contudo, é positivo sempre. Mesmo que seja só um. Agora potenciava muito mais se fizessem os dois (FT); Fez muito sentido ser à distância, deu-me uma oportunidade, porque cada uma era de regiões diferentes; Negativo secalhar devíamos volta e meia relembrar, reativar tudo, eu pelo menos vou esquecendo, principalmente os termos (FT).

Face à informação apresentada e considerando a convergência do pensamento dos autores consultados e referenciados, neste trabalho, entende-se que a educação parental

assume um papel preponderante no desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências e práticas parentais que por sua vez, poderão ter um impacto significativo na vida da criança, constituindo-se como fatores de risco ou de proteção para o seu desenvolvimento (Gomes, 2021). Desta forma, a educação parental tem sido um tema de frequentes discussões fruto da dificuldade das figuras parentais no exercício da parentalidade, onde se revela crucial transmitir às crianças valores, padrões e normas de conduta que garantam o desenvolvimento pleno das suas potencialidades (Silva & Corrêa, 2023).

Assim, para Gomes (2021) a educação parental é descrita como “uma tentativa formal de aumentar a consciência dos pais na utilização das suas competências parentais, implicando ações educativas de sensibilização, aprendizagem, treino ou esclarecimento relativo aos valores, atitudes e práticas educativas parentais (p. 25)”. Por outras palavras, e de acordo com a perspectiva de Santos (2019) a educação parental visa fornecer aos pais ou cuidadores informações e estratégias específicas para fomentar uma parentalidade positiva, promovendo, assim, o desenvolvimento saudável da criança. Essas abordagens estão focadas no apoio e fortalecimento das famílias.

Analisando os pontos tratados nos programas de educação parental verifica-se as ideias defendidas pelos autores mencionados acima, uma vez que estes programas são compostos por diversas estratégias que procuram sensibilizar e principalmente educar os pais ou outros cuidadores responsáveis para a prática de uma educação parental positiva e adequada à fase desenvolvimental da criança.

Tendo em consideração os relatos extraídos das entrevistas compreende-se que as perspectivas das famílias face aos programas de educação parental são positivas, estas reconhecem as mudanças que os mesmos provocaram no seu desempenho parental e até mesmo na sua pessoa, chegando a dar exemplos de situações que se alteraram após a sua participação no programa, como é o caso da família R (FR) quando relata que antes do programa agia de determinada forma, com gritos, e após a participação no programa aprendeu a agir de uma forma mais efetiva e adequada, com o filho, através de uma comunicação mais clara e escuta ativa, comprovando exatamente esta sensibilização para a mudança de atitude e aplicação de novas estratégias, como ponto central dos programas de educação parental.

Os programas de educação parental são assim, modelos de intervenção que objetivam melhorar as habilidades parentais e, conseqüentemente, influenciar positivamente o comportamento e/ou desenvolvimento das crianças (Pratas, et al., 2017) pelo que, procuram orientar os pais e auxiliá-los de forma que, estes consigam responder eficazmente a questões relacionadas à melhor forma de educar os filhos e sensibilizá-los sobre as conseqüências dos seus comportamentos na vida destes (Silva & Corrêa, 2023).

Passando à segunda categoria, *Contributos dos programas de educação parental* é considerada a subcategoria, *Visão das técnicas de intervenção socioeducativa face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte*. Os indicadores analisados nesta categoria são: *Problemáticas/ Razões da sinalização, Estratégias da intervenção, Duração média dos programas de educação parental, Taxa de sucesso dos programas, Perceção sobre a intervenção da equipa técnica, Perceção sobre o programa e Aspetos positivos e negativos dos programas de educação parental*. O objetivo desta categoria é compreender estes fatores de acordo com as perspetivas das técnicas do CAFAP.

Assim, no que diz respeito ao indicador *Problemáticas/ Razões da sinalização*, de uma forma geral, normalmente, estas estão associadas à falta de regras e limites, falta de comportamentos assertivos, presença de comportamentos desafiadores e opositores, mau comportamento escolar e absentismo escolar (TA). A negligência parental e a violência doméstica, são também problemáticas gerais apontadas, de acordo com a TE. Ao nível individual, das famílias alvo do estudo, nomeadamente, FM, FA, FT e FR, verificou-se o exposto:

Práticas educativas não assertivas, em que foi considerado maus-tratos, na FM (TA). Ou seja, era uma mãe que agredia fisicamente um jovem, uma agressão grave que originou um processo-crime em tribunal contra a progenitora (TI).

Na FR, a problemática era a criança (...) no contexto escolar, era uma criança muito reativa, gostava de desafiar a autoridade (...) mau comportamento em contexto escolar (TA).

Na FT, a problemática prendia-se com a falta de capacidade do progenitor em distinguir a relação conjugal da relação parental, o pai nessa família não tinha a capacidade de distinguir a relação conjugal da relação parental (...) trabalhou-se esta família de forma a minimizar este conflito (...) recorrendo à mediação (TE).

Relativamente ao segundo indicador, *Estratégias da intervenção*, considera-se relevante expor algumas informações recolhidas nas entrevistas, por forma a contextualizar a intervenção realizada pelo CAFAP. Desta forma, importa referir que, atualmente, o respetivo CAFAP aplica 3 programas de educação parental, nomeadamente, A Criança no Meio do Conflito (CMC), o Mais Família Mais Jovem (MFMJ) e Os Anos Incríveis (AI). O programa CMC destina-se a *potenciar nos pais capacidades para fazerem uma separação com o mínimo de dano possível, junto da criança*, sendo que, *este programa não tem uma idade definida da criança* (TI). O programa MJMF, direciona-se para *pais que tem adolescentes problemáticos, principalmente na escola, maus comportamentos, não tem regras, não tem limites* (TE).

Por último, os AI, direciona-se para

pais com crianças pequenas, dos 3 até aos 8/10 anos em que são sentidas dificuldades por parte dos progenitores para lidar com estas, não conseguem impor regras, não sabem de que forma é que conseguem ter uma comunicação um bocadinho mais positiva com a criança e andam ali um bocadinho perdidos (TE). Neste programa, existem meio que subprogramas de acordo com a faixa etária das crianças.

Todos os programas apresentam várias estratégias, com designações diferentes, mas muito similares onde o objetivo geral dos mesmos passa por

reestabelecer um bocadinho a relação positiva entre as crianças e os pais. As estratégias são baseadas ao nível da parentalidade positiva em que abordámos a importância, por exemplo, da comunicação, da relação, das regras, dos limites, do autocontrolo, ahhh... do respeito mútuo (TA).

Para além disso, o respetivo CAFAP apresenta duas modalidades de intervenção, a Preservação Familiar (PF) onde são trabalhadas as competências parentais com os progenitores, ou seja, quando há negligência, violência doméstica, entre outras problemáticas e o Ponto de Encontro Familiar (PEF), ou seja,

quando pais estão divorciados, existe uma separação e portanto, tem filhos, menores, sempre e o que acontece por vezes é pai e mãe entrarem em conflito porque cada um quer a guarda dos filhos ou não se entendem em determinadas coisas, em relação às férias, à guarda... (...) Eee, aqui o que se

pretende é, quando realmente se trata de visitas, reaproximar a criança ou as crianças do progenitor não residente ou então também se trabalha a mediação, ou seja, de forma a restabelecer uma comunicação assertiva entre pai e mãe, em prol de uma boa gestão da vida dos filhos (TE).

Neste sentido, e tendo em conta as 4 famílias alvo de estudo, é possível constatar que na FM, o programa aplicado foi o MFMJ e, portanto, as estratégias relacionaram-se com a *importância da comunicação, do elogio, da recompensa, do reestabelecer o afeto e a autoridade, do reestabelecer a relação afetiva entre a progenitora e a criança (TA), o “RAP”,* que são os Relatórios de Acontecimentos Positivos, ou seja,

esta mãe a partir do momento que começa a elogiar o filho e começa a registar estes acontecimentos ela vê a cara de surpresa, de surpreendido o filho e este filho pedir que a mãe volte a fazer (...) estratégias escritas, com reforço e com a tomada de registo, ou seja, escrever a mudança, escuta ativa, RAP, o elogio, o contratualizar (TI).

Na FR, segundo a TA, o programa aplicado foi os AI, onde se procurou reestabelecer a relação afetiva entre pais e filhos através da aplicação de estratégias que ressaltam a importância da comunicação, do elogio, da recompensa, dos limites e da autorrealização.

Na FT, a TE, referiu:

a mediação, o respeito, o não criar uma imagem depreciativa do outro, o tentar evitar que terceiros se metessem nas decisões de pai e mãe, ou seja, (...) consciencializar estes pais que o que eles diziam à frente das crianças, estes conflitos, à frente das crianças, estes desentendimentos, sempre esta confusão qual era o impacto nos filhos.

Num âmbito mais geral, e como forma de exemplo, solicitou-se que as técnicas relatassem exemplos concretos de estratégias aplicadas a certas situações/problemáticas. Os exemplos práticos relatados foram os seguintes:

Programa Anos Incríveis em que a criança está aos gritos porque não gosta de ser contrariada e é bastante desafiadora, o tempo de pausa, ou seja, em função da idade da criança, imaginemos uma criança de 6 anos, ahhh... sabe que vai-se criar um cantinho em casa e a criança vai saber que aquele cantinho é

para acalmar, ou seja, se tem 6 anos vai ficar ali 6 minutos e a criança chora etc. e mãe ou pai: “enquanto não te acalmares não podemos conversar, ficas aqui sentado e se quiseres eu fico aqui, mas não falamos um com o outro, vamos esperar que tu te acalmes e depois de te acalmares então aí sim, vamos conversar sobre aquilo que aconteceu, a mãe vai-te explicar porque não gostou desta atitude e vamos ver se realmente tu consegues compreender a posição da mãe e depois vamos partilhar os dois de que forma é que deverias ter feito”. Esta é uma estratégia muito aplicada para os pais com crianças mais pequenas e que resulta (TE).

Se nós temos um adolescente que é desafiador a nossa estratégia é capacitar a família para primeiro, o autoconhecimento do problema, estratégias sempre no sentido de uma educação parental positiva, de algum autocontrolo familiar e depois também algumas estratégias de atenção ao jovem ou à criança. Essas estratégias passam sempre muito pelo elogios, pelo reforço de competências, por uma perceção de valorização e de assumir limites, passa também por identificar o jovem se conseguiu cumprir ou não, aqui passa muito pela aplicação de tabelas seja de elogios, quer seja dependendo do programa, de objetivos semanais, mas também para mim, as principais estratégias é a família perceber que tem de se reposicionar na forma em que estão perante o jovem (TI).

Para terminar este indicador, ressalta-se a importância de um relato extraído da entrevista com a TE:

Eu acho, que há um ponto muito importante, nós só conseguimos trabalhar junto com estas famílias problemáticas, criando uma relação empática com elas. Isso é logo o primeiro ponto. (...) temos de criar uma relação de confiança e temos de perceber, nós e a família, que somos um bocadinho um ponto de abrigo, um ombro direito. Geralmente, no início, estas famílias apresentam alguma resistência, porque não sabem muito bem qual é o nosso papel e pensam “hm mais umas técnicas, são mais umas”, e não, depois, ao longo do acompanhamento, as famílias vão percebendo que a nossa posição é muito diferente (...) começam a perceber o nosso papel e começam realmente a ver que o CAFAP conseguiu resolver este problema, esta situação e então aí, eles criam esta proximidade com o CAFAP, pois ficam bem elucidados sobre a nossa posição. E aí de facto, cria-se uma relação saudável com as famílias e de proximidade. (...) numa situação

imprevisível as famílias vêm aqui de livre vontade, contactam-nos de livre vontade, porque surgiu um problema qualquer, portanto e... assim é muito mais fácil trabalhar com as famílias, porque elas vão interiorizando e vão aceitando, existe esta colaboração por parte das famílias o que cria uma relação saudável e de proximidade.

Passando ao terceiro indicador, *Duração média dos programas de educação parental* a resposta das técnicas foi muito semelhante, a TE referiu que

o tempo é muito subjetivo (...) temos um fator a ter em conta, porque, geralmente, num despacho judicial, por vezes, vem lá o timing, ou seja, vem lá no despacho escrito que estes progenitores vão ter de ter a formação durante 1 ano (...) em 6 meses, então aí aplicámos a formação 2 vezes por mês, portanto esse timing não é decidido pela equipa, esse timing é decidido judicialmente e nós depois conseguimos nos organizar em relação ao tempo.

Contudo, segundo a TA,

o tempo médio é no máximo 1 ano (...) apesar das sessões marcadas existem sempre reforços, por exemplo, reforço telefónico, para saber se estão a implementar as estratégias, se estão a conseguir, o que é que foi positivo, o que foi negativo, isto para tentar sempre melhorar, o nosso objetivo é que caminhem para a melhoria.

Relativamente ao indicador, *Taxa de Sucesso dos Programas de Educação Parental*, quando questionadas, as técnicas mencionaram que de acordo com a sua experiência, tem havido bastante sucesso nos programas de educação parental, pelo que, a TE aponta uma taxa de 70% e a TA de 90% a 95%. A TI informou que, a taxa de sucesso é muito relativa, mas aponta 70% de sucesso no programa a CMC, contudo menciona que:

ao trabalhar a questão do conflito é muito difícil percebermos a mudança do comportamento (...) é importante percebermos que no momento da aplicação do programa muitas das vezes não há uma taxa de sucesso total, mas que depois, com o tempo, esta perceção e este reposicionamento da família fica lá e no futuro existe essa mudança.

Por outro lado, nos programas Os Anos Incríveis e no Mais Família Mais Jovem há uma taxa de sucesso muito, muito elevada, para não dizermos quase total, mas andaríamos aqui nos 90/95%, porquê?! Porque as crianças nestas idades são um grande desafio aos seus progenitores e aos seus cuidadores e todas as estratégias que lhes são fornecidas são aqui e salvo a expressão uma lufada de ar fresco (TI).

Passando ao indicador *Perceção sobre a intervenção da equipa técnica* quando questionadas sobre a importância do programa para a resolução das problemáticas enfrentadas pelas famílias as técnicas apontaram:

Sim, foi muito importante, (...) esta mãe precisava era de uma informação mais esclarecedora e de ver as coisas de uma forma mais positiva (Técnica A relativamente à Família M).

Foi muito importante. Aqui trabalhou-se muito a mediação e claro, em simultâneo foi formação parental e foi sem dúvida importante. (...) pequenos desafios, pequenas dificuldades que realmente eram um problema e criava desentendimentos sérios, portanto foi-se trabalhando estas situações e conseguimos encaixar tudo de forma que a dificuldade deixou de ser uma dificuldade (Técnica E relativamente à Família T).

Relativamente à questão, *Considera que sem a intervenção do CAFAP, estas famílias, não teria conseguido ultrapassar estes problemas?*, as técnicas apontaram o seguinte:

Seria muito mais demorado, muito mais demorado, sem dúvida (Técnica E).

(...) não conseguiria ter o sucesso devido. Eu acho que para esta mãe, ela avaliou este programa como muito positivo e isto retrata a importância destas estratégias que lhe foram ensinadas e que tem vindo a aplicar ainda hoje e que tem sido de sucesso (TI).

Eu acho que não, porque iam continuar assim, não iam ter a informação que tiveram e, portanto, o comportamento ia continuar (TA).

De forma a dar resposta ao indicador *Perceção sobre o programa*, foi realizada a seguinte questão direcionada às técnicas: *Considera que estas famílias reconheceram a importância deste programa na sua vida?*, pelo que as respostas foram as seguintes:

Muito, muito. Eu quando encontro esta mãe ou este pai, eles agradecem. Porque acham, os próprios, eles verbalizam que foi muito benéfico, a intervenção do CAFAP, foi benéfica na vida deles e das crianças, principalmente (Técnica E relativamente à Família T).

Eu acho que sim, porque esta mãe tem vindo a partilhar connosco a sua maneira, a sua forma de estar, a sua evolução, ou seja, ela reconhece que de uma forma inicial ela não agia da mesma forma que está a conseguir agir agora, ou seja, ela reconhece que antes era uma pessoa muito mais reativa e agora não, ela agora consegue estar mais calma e não reagir de uma forma inadequada, manter um autocontrolo e aplicar regras e limites ao invés de ser permissiva, no entanto, atuar de uma forma em que não aplique castigos, mas sim consequências ajustadas à faixa etária da criança (Técnica A relativamente à Família R).

Sim, considero, porque passado ahhh... ao longo da intervenção feita notámos aqui uma grande progressão, desde o início, ou seja, uma mãe mais retraída, com receios, com dificuldade porque estava em formação parental e depois, gradualmente, foi tendo uma grande evolução em que reconheceu a importância, ou seja, o importante aqui é que as famílias reconheçam a importância do programa e as mudanças que implicaram na vida deles. Graças a este programa esta mãe conseguiu ter efeitos na relação familiar (Técnica I relativamente à Família M).

Para terminar, passámos à análise do último indicador, *Aspetos positivos e negativos dos programas de educação parental*. De forma a compreender este indicador, solicitou-se às técnicas que, com base na sua experiência, apontassem alguns aspetos positivos e negativos dos programas, ou seja, de uma forma geral, aspetos que seriam funcionais e aspetos que precisassem de ser melhorados e/ou ajustados. As respostas foram as seguintes:

Técnica A - São programas que estão muito bem estruturados, enquanto pessoa que aplica o programa é muito fácil, porque está bem estruturado e organizado (...) do outro lado as pessoas também conseguem perceber qual é o intuito e a informação que é passada (...) é obvio que nós também temos aqui um ponto negativo ahhh... por vezes, utilizámos aqui meios como DVDs, mas para mim, esses DVDs não estão ajustados às nossas famílias porque muitas das vezes são

famílias com baixo nível de literacia e não conseguem ler e nestes casos, nós é que temos de reajustar o programa a estas famílias. Esse é um ponto negativo, os DVDs. Mas no geral, eles são úteis, óbvio que tinha de dizer que são úteis, porque são uma ferramenta que capacita as famílias para a adoção de comportamentos mais assertivos ao nível de práticas parentais, de educação parental.

Técnica E - O que é positivo é que nós temos tido sucesso com a formação, ahhh, portanto, eu acho que estes programas são muito enriquecedores para a nossa experiência (...). Acho que estes programas, portanto nós tivemos formação e há, portanto, supervisão, mas isto é mais a nível de supervisão, não a nível da sua aplicação, porque acho que não há dificuldade, os programas para mim estão perfeitos. Eu acho que a supervisão, em si, portanto que foi a Universidade Católica do Porto, talvez deveria estar com mais frequência nas equipas para nos ir atualizando e talvez partilhar alguma dificuldade que a gente tenha, portanto, aqui não é propriamente e eu não estou a responder à pergunta, relativamente ao programa... eu neste momento não estou a ver pontos negativos, neste momento, não é?! Positivos, para mim, só tem pontos positivos.

Devido à resposta extensa da TI, dividiu-se a mesma em aspetos positivos e aspetos negativos. No que diz respeito aos aspetos positivos, a TI apontou:

Os programas de educação parental, positivamente tem aqui aquilo que eu fui explicando que é a reposição, o reposicionarmo-nos, tem uma taxa de sucesso fantástica, pode não ser total, mas eu até acredito que com o tempo, é sempre total, em todos, porque o facto de nos posicionarmos de outra forma e termos uma tomada de consciência é o principal dos programas de educação parental. Outra coisa que eu também acho importante dos programas de educação parental é o facto de nós passarmos a ver o nosso filho como alguém que falha, mas como alguém que tem de ser elogiado e no facto de nós o ouvirmos, que é uma coisa que é muito difícil, é uma estratégia que é muito difícil de ser implementada, ouvir em vez de explodir(...). (...) pais perceberem que é possível de acontecer, ou seja, uma coisa é a teoria e outra coisa é a parte prática e quando nós estamos a dar esta teoria, ahh, as famílias, inicialmente, são muito reticentes, não acreditam muito que secalhar aquilo vai ser possível de alterar e quando tem a primeira alteração e, normalmente, a primeira alteração vem daquilo que tínhamos dito, se nós ouvirmos o adolescente, se não o criticar-mos,

se o elogiar-mos, se o mimar-mos, a criança é igual para nós e nós não estamos à espera que os nossos filhos sejam assim para nós e, o fator surpresa é muito importante.

No que diz respeito aos aspetos negativos, a TI apontou:

(...) muito importante os pais estarem com vontade, porque se não entenderem a importância da formação parental e estiverem nesta formação parental e por isso também, ir um bocadinho de encontro às fraquezas e dificuldades destes programas é perceber que, quem vem para estes programas com pouca vontade ou nenhuma o programa não vai resultar, porque a família vai-nos estar a ouvir, mas não vai estar a implementar, ou seja, é muito importante que, as primeiras sessões que são a fase da tomada de consciência a família diga que quer continuar, porque os programas também não são obrigatórios (...).

(...) grande dificuldade quando são famílias com handicaps mentais, com perturbações, situações de consumo é muito difícil porque a família ela própria precisa de ser trabalhada primeiro ela, não podemos partir para um programa de formação quando temos uma família que tem aqui uma perturbação cognitiva moderada a grave, porque a estratégia não pode ser a mesma e depois essa dificuldade de quem encaminha, a parte judicial, a parte da aplicação da lei tratar por igual as pessoas e as pessoas são todas iguais, mas com as suas diferenças e é isso que também é importante nos programas de educação parental, porque secalhar uma sessão que nós damos numa família sem um problema cognitiva, numa sessão, numa outra família com um problema mental ou comportamental podemos demorar mais do que uma sessão (...).

(...) num programa de formação parental, essa é outra das dificuldades, muitas vezes só vem um progenitor e se viessem os dois, quando um pode falhar estaria lá o outro, não é?! E às vezes isso não acontece, o outro não está presente.

Tendo como base a resposta das técnicas de intervenção socioeducativa, face ao indicador relativo à duração média dos programas de educação parental, verifica-se que a duração é muito subjetiva, pelo que a mesma vem estipulada previamente pela entidade encaminhadora do processo, que normalmente, é o tribunal. Contudo, compreende-se que o tempo varia entre os 6 meses a 1 ano. Essa limitação temporal, entretanto, é mitigada

por um acompanhamento contínuo e reforços periódicos, como indicado pela TA, que sublinha a importância dos reforços telefônicos para garantir que as estratégias ensinadas/trabalhadas estejam sempre presentes e sejam ajustadas, conforme necessário.

Em termos de sucesso dos programas, verifica-se uma elevada taxa, que varia entre os 70% e os 90%-95%. Contudo, tal como referido pela TI as mudanças, por vezes não são imediatas, mas sim alcançadas ao longo do tempo, pelo que, inicialmente revela-se mais difícil perceber e avaliar os índices de sucesso em determinadas famílias. Para além deste fator, tal como mencionado pela TI, o sucesso dos programas está diretamente relacionado ao envolvimento dos pais/cuidadores, pois qualquer processo de mudança depende essencialmente da participação ativa dos mesmos. Assim, quanto maior for a disponibilidade do(a) pai/mãe/cuidador(a), mais significativa será a mudança alcançada. Esta questão confirma-se na literatura apresentada por Marçal (2018) quando refere que “o seu sucesso está dependente do alcance dos programas e do envolvimento parental nos mesmos” (p. 1).

Um aspeto relevante, destacado por uma das técnicas, passa por reconhecer a influência que a atitude do profissional tem sobre a família, ou seja, a atitude do profissional também tem peso no sucesso ou insucesso da intervenção. Assim, a técnica (TE) salienta como competências fundamentais para a intervenção com as famílias: a empatia, a capacidade de escuta e de comunicação, a confiança e proximidade, o respeito pela pessoa e o reconhecimento e valorização das suas potencialidades. De certa forma, esta questão vai ao encontro da ideia defendida por Barrocas (2017) quando refere que “Na intervenção com famílias o Técnico Interventor é um elemento-chave no processo” (p. 43), pelo que, primeiro é preciso “(...) pensar acerca das famílias e depois exercitar competências práticas para ajudar as famílias a mudar” (p. 44), referindo a “Empatia, o Investimento na Qualificação, a Escuta ativa, a Reflexividade, o Acreditar e a Capacidade Pragmática (...)” (p. 43) como as principais competências para a intervenção com as famílias.

Relativamente à perceção das técnicas face à intervenção com as famílias, verifica-se que existe congruência nas respostas apresentadas pelas famílias e pelas técnicas, respetivamente. Ambas reconhecem e valorizam a importância da intervenção para a resolução das problemáticas responsáveis pela sinalização e posterior mudança.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procurou-se compreender os contributos dos programas de educação parental, para as famílias multidesafiadas partindo da questão-problema: *De que forma os programas de educação parental influenciam as dinâmicas de vida das famílias multidesafiadas?* Apesar das mudanças que o conceito de família tem sofrido em resposta às transformações da sociedade contemporânea, acredita-se que a família continua a ser o principal agente de socialização da criança (Chagas, 2017). Atualmente, um dos temas sociais mais relevantes é justamente o papel da família e, por consequência, o processo educativo, que envolve a colaboração de diversos agentes e entidades. A partir da compreensão da necessidade de apoiar as famílias, independentemente da sua estrutura ou situação jurídica, surgiram os programas de educação parental, como iniciativas de orientação e apoio, destinadas a acompanhar pais e cuidadores no exercício de uma parentalidade saudável e positiva (Santos, 2019).

Tendo em conta, a investigação realizada, pretende-se através dos dados recolhidos, dar a conhecer as perspetivas das famílias e das técnicas face aos programas de educação parental, pelo que, foram valorizadas as respostas individuais de cada participante e/ou entrevistado(a).

Neste sentido, ao longo deste estudo, percebeu-se que as principais problemáticas identificadas nas famílias foram sobretudo: as práticas educativas não assertivas como maus-tratos e negligência parental e a falta de regras e limites que originaram comportamentos comprometedores do desenvolvimento e bem-estar, dos menores.

Como pudemos verificar, pelas respostas obtidas, a perceção das famílias face aos programas e à intervenção técnica, foi valorizada como uma intervenção importante e transformadora, arriscando dizer que em todos os casos expostos, existiram efetivamente alterações nas práticas parentais e, conseqüentemente, nas dinâmicas familiares o que, por sua vez, conduz a uma melhoria e aumento das competências parentais. Esta constatação vai ao encontro do pensamento de Abreu-Lima et al. (2010), quando defendeu que no programa, *Anos Incríveis*, os resultados revelarem que passadas catorze semanas de trabalho intensivo. Refere que foi visível a redução de sintomas como a hiperatividade, défice de atenção, oposição e desafio, agressividade e impulsividade, e em contrapartida, um aumento das competências parentais.

Neste estudo, igualmente, foi possível perceber as diversas mudanças conseguidas, nomeadamente ao nível das competências parentais onde houve mudanças de práticas e atitudes, implementação de regras e limites, criação de rotinas diárias, comunicação e/ou diálogo, escuta ativa. Acrescenta-se ainda, que numa fase inicial, enquanto algumas famílias encararam a participação no programa como algo bom e positivo, outras revelam ter sido um choque, pois não sabiam o que lhes esperava, ou seja, inicialmente pode existir um certo desconforto e desconfiança, pois não existe um entendimento claro, por parte das famílias, sobre o papel desempenhado pela equipa técnica, mas com o tempo vai-se estabelecendo uma relação de proximidade e confiança. Para além disso, verificou-se que, numa família a participação no programa foi voluntária.

Através do indicador, *Perceções sobre os programas de educação parental*, ressaltou-se a importância do programa, para as famílias, onde é mencionado a relevância de ter alguém que é neutro, e que, portanto, consegue avaliar a situação e dar a sua perspectiva, do lado de fora. Desta forma, face à informação apresentada foi possível responder ao primeiro objetivo específico desta investigação: Analisar as perceções das famílias multidesafiadas e das técnicas face aos programas de educação parental.

Passando ao segundo objetivo específico: Identificar forças e fraquezas dos programas de educação parental, conclui-se, que positivamente os programas estão muito bem estruturados o que facilita a sua aplicação, por parte dos responsáveis. O facto de a taxa de sucesso ser significativa e a possibilidade de ser realizado à distância são também consideradas forças. Para além disso, as técnicas foram apontando o facto de permitirem um reposicionamento das figuras parentais face às crianças. Por outro lado, como fraquezas, conclui-se, que os recursos que integram o programa, nem sempre são adequados a todas as famílias, uma vez que muitas delas apresentam baixos níveis de literacia. Para além disso, famílias com *handicaps* mentais, perturbações e situações de consumo requerem estratégias de intervenção ajustadas, pelo que deveria ser reconhecido legalmente que estas famílias carecem de outro tratamento antes de serem encaminhadas para programas de educação parental. Em relação à participação no programa, as respostas dividiram-se, visto que foi reconhecido que a participação dos dois progenitores seria mais benéfica, pois na possibilidade de falha de um estaria o outro. Esta questão está alinhada com o que é apontado na literatura, o que ressalta a importância de explorar estratégias eficazes para envolver os progenitores nos programas, uma vez que está comprovada a existência de uma maior eficácia quando implementados junto de pais e

mães, conjuntamente (Marçal, 2018). Para terminar, conclui-se, que a supervisão por parte das entidades responsáveis pelos programas deveria ser mais frequente de forma a atualizar as técnicas e as famílias, ajudá-las a relembrar toda a informação aprendida e esclarecer potenciais dúvidas.

Por último, por forma a responder ao objetivo geral desta investigação: Compreender os contributos dos programas de educação parental para as famílias multidesafiadas em contexto de intervenção CAFAP, conclui-se, que as estratégias aplicadas, nos três programas referidos, são muito semelhantes, embora adaptadas consoante a faixa etária das crianças, pelo que, o contributo, em todos eles, passa muito pelo reaproximar a(s) criança(s) do(a) progenitor(a) não residente, trabalhar a questão da mediação de forma a restabelecer uma comunicação assertiva entre pai e mãe, em prol de um bom funcionamento da vida dos(as) filhos(as), reestabelecer a relação positiva entre as crianças e os pais. Assim, as estratégias abordadas devem valorizar a importância de uma comunicação sem ruídos, de uma boa relação, da aplicação de regras e de limites, consciencializando os pais para a tomada de consciência e para a reformulação do seu posicionamento enquanto progenitores. Esta ideia alinha-se com o pensamento de João (2019) quando aponta as estratégias, anteriormente, mencionadas como as principais estratégias trabalhadas nas famílias investigadas, no seu estudo. No fundo, todas as questões tratadas pretendem provocar uma mudança nos papéis parentais, o que vai ao encontro da perspetiva de Marçal (2018) quando refere que “a educação parental pode ser percebida como uma intervenção organizada com o propósito de alterar ou melhorar a performance de pais e mães no desempenho do (exigente) papel parental (...)” (p. 4). Para além do exposto, as técnicas reconheceram que sem a intervenção efetuada seria muito difícil as famílias alcançarem mudanças autonomamente. Este posicionamento coincide com o das famílias, pois sublinham a importância de terem participado nos programas e são capazes de reconhecer as mudanças alcançadas, nomeadamente, verbalizam que a intervenção desenvolvida foi bastante benéfica, destacando que pequenos desafios e dificuldades que eram um problema deixaram de o ser.

Ainda neste âmbito, um aspeto importante, é sem dúvida a relação estabelecida entre a família e a entidade responsável pela intervenção, em que foi reconhecido que só é possível trabalhar junto das famílias, criando uma relação empática com elas.

No decorrer desta investigação, foi possível identificar algumas fragilidades dos programas de educação parental, pelo que seria importante a sua colmatação com vista a

uma maior eficácia junto dos seus públicos. Para além disso, acredita-se que os programas deveriam se destinar a todas as famílias, com ou sem dificuldades, e não apenas a famílias sinalizadas. Para terminar, os estudos sobre a temática, bem como a literatura relativa aos programas de educação parental são escassos, pelo que seria importante o desenvolvimento de outros estudos sobre esta problemática e com um maior número de participantes.

Referências bibliográficas

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A. T., Brandão, M. T., Cruz, O., Gaspar M. F., & Santos, M. R. (2010). Avaliação de intervenções de educação parental: Relatório 2007 - 2010. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/62362>
- Albuquerque, Q. D. S. (2016). Género e estilos parentais. Um estudo sobre a relação entre género dos pais e dos filhos e práticas de estilos parentais. [Dissertação de Mestrado, Escola de Educação e Desenvolvimento Humano]. Repositório Comum do Instituto Superior de Educação e Ciências. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19163>
- Assis, M. C. D., Moreira, C. V. L., & Fornasier, C. R. (2021). Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. *Research, Society and Development*, 10, 10, 2525-3409. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19263>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>
- Barrocas, S. M. A. (2017). Práticas implementadas pelos CAFAP na intervenção com famílias: perceções dos técnicos sobre os fatores de sucesso. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/23861>
- Barroso, R., & Machado, C. (2010). *Definições e determinantes da parentalidade*. *Psychologica*, 52, 211-229. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10
- Batista, F. F. H., Oliveira, S. G., & Camargo, O. C. C. (2021). Análise de conteúdo: Pressupostos teóricos e práticos. *Revista Prisma*, 2(1), 48-62. <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/42>

- Benatti, P. A., Campeol, R. Â., Machado, S. M., & Pereira, R. R. C. (2021). Famílias monoparentais: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão* 41, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>
- Cardoso, C. F. (2021). Famílias continuadas: um estudo de caso em um centro de apoio familiar e aconselhamento parental (CAFAP) sobre a renovação dos planos de intervenção de apoio a família. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76339>
- Chagas, P. (2017) - A importância da Intervenção Precoce na reorganização das famílias de crianças com NEE. [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/6619>
- Carneiro, O. M. J. (2023). Estilos parentais. Adaptação ao contexto português do IEP. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/45897>
- Correia, G. S. C. A. (2018). Os centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) na produção académica nacional (2008-2015). [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório Científico do Politécnico de Lisboa. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/8354>
- Carvalho, O., Lobo, C. C., Menezes, J., & Oliveira, B. (2019). O valor das práticas de educação parental: visão dos profissionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 27, 654-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701653>
- Coelho, R. S. C. (2017). Famílias multiproblemáticas: a perceção da sua parentalidade. [Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/20928>
- Ferreira, L. (2008). Co-construir o tempo: avaliação de um curso de formação parental e parentalidade masculina positiva em contexto de risco. [Dissertação de Mestrado,

- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/942>
- Freitas, E. C. (2020). Estilos parentais e aceitação social de crianças em idade pré-escolar: efeito mediador dos problemas de comportamento. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCET. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21109>
- Godinho, N. T. (2018). Centro de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta para mitigar barreiras identitárias. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja]. Repositório Científico IPBEJA. <https://repositorio.ipbeja.pt/handle/20.500.12207/5305>
- Gomes, M. A. (2021). Crianças, jovens e famílias em situação de risco psicossocial - Intervenção de um educador social num CAFAP. Relatório de Estágio do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96468>
- Gomes, O. S. (2017). Estilos, práticas parentais e perceção das capacidades e dificuldades dos filhos: Um estudo exploratório na população geral. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais]. Repositório da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/9970>
- João, G. M. (2019). O impacto da intervenção de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental no processo de mudança das famílias: estudo de caso no CAFAP Beira Serra. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/33336>
- Marçal, A. M. C. (2018). Promover a parentalidade positiva – Avaliação do programa Triple P – Grupo com pais da comunidade. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116727>
- Martinho, R. A. S. (2019). Promover a Resiliência Familiar: A intervenção de Enfermagem em grupos multifamiliares. [Dissertação de Mestrado, Escola

- Superior de Enfermagem de Lisboa]. Repositório Comum da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/32094>
- Martins, N. (2019). *Educar pela positiva: Um guia para pais e educadores*. Bertrand Editora.
- Melo, A. T. & Alarcão, M. (2011). As forças dos profissionais e da família multidesafiada na proteção da criança: Uma modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/18471>
- Morais, C. (2013). *Investigação: Do problema aos resultados*. (Publicação pessoal) <http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/DaInvProblema.pdf>
- Pena, S. M. (2019). *Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das famílias e dos profissionais*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/29538>
- Pereira, S. F. T. (2020). *O impacto da negligência parental no desenvolvimento académico das crianças do 1º e 3º ciclo de escolaridade: um estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/7206>
- Portaria n.º 139/2013. (2013). Diário da República n.º 136/2013, Série I de 2013-07-17 (pp. 1942). https://www.seg-social.pt/documents/10152/1197978/Port_139_2013
- Pratas, A., Eira, J., Ribeiro, J. E., & Cordeiro, L. (2017). A par e passo com a família: A importância da educação parental para os técnicos que intervêm junto de famílias multidesafiadas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8, 1 <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2490>
- Rooke, I. M. (2019). *Resiliência em famílias de crianças com síndrome de down: Desenvolvimento, implementação de uma intervenção e avaliação dos seus efeitos*. [Tese de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora].

Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora.
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9980/2/mayseitagibarooke.pdf>

Santos, M. P. I. A. (2019). Educar crianças num ambiente seguro: Papel da parentalidade consciente numa amostra de pais de crianças da região centro do País. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Viseu]. Repositório Instituto Politécnico de Viseu.
<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6056?locale=en>

Silva, B. C., & Corrêa, L. M. (2023). Educação parental positiva: uma proposta de intervenção. *Revista Perquirere*, 20(3), 49-67.
<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/perquirere/article/view/3069/757>

Silva, B. M. (2023). *Padrões de atuação comuns em famílias monoparentais – CAFAP de Bragança*. [Relatório de estágio não publicado]. Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação.

Soares, P. A., Tavares, S., Amen, J., & Caldeira, N. S. (2021). Bem-te-querer - Uma proposta de intervenção para uma parentalidade competente. *Revista Imagens da Educação*, 11 (1), 23-35. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v11i1.50864>

Valle, D. R. P., & Ferreira, L. J. (2024). Análise de conteúdo na perspetiva de Bardin: Contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697>

Walsh, F. (2016). Applying a Family Resilience Framework in Training, Practice, and Research: Mastering the Art of the Possible. *Family Process Institute*, 55(4), 616-632. Doi: [10.1111/famp.12260](https://doi.org/10.1111/famp.12260)

Anexos

Anexo A – Guião de Entrevista (Famílias)

Guião de Entrevista (Famílias)

Entrevistador _____
 Entrevistado(a) _____
 Data ___/___/___ Local _____

Temas	Objetivos específicos	Tópicos orientadores da entrevista	Questões
Bloco 1 Legitimação da Entrevista; Motivações do Entrevistador.	1. Apresentar o entrevistador; 2. Legitimar a entrevista; 3. Criar um clima de motivação para o entrevistado(a).	1. Informação sobre os fundamentos e objetivos do estudo; 2. Explicação sobre a forma e o funcionamento da entrevista; 2. Solicitação da colaboração e obtenção do consentimento informado; 3. Garantia da confidencialidade; 4. Criação de uma relação de proximidade adequada.	a) Breve apresentação (...) nome, naturalidade e formação académica. b) Informação sobre o contexto e âmbito do estudo (...) Mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida ministrado pelo IPB. c) Explicar que o objetivo da entrevista é compreender a importância da educação parental nas famílias multidesafiadas. c) Estabelecimento de uma relação de proximidade adequada à situação.
Bloco 2 Caracterização dos participantes.	1. Recolher dados sobre os entrevistados.	1. Conhecimento do/a participante.	a) Qual é o seu nome? b) De onde é natural? c) Qual é o seu estado civil? d) Qual é a sua formação académica? e) Qual é a sua situação profissional? f) Partilhe uma característica sua. g) Tem alguma questão, ou dúvida, que me queira colocar?

Bloco 3 Importância/Contributos dos programas de educação parental nas famílias multidesafiadas.	1. Conhecer a opinião das famílias face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte.	1. Recolher informação que permita compreender a importância e/ou os contributos dos programas de educação parental nas famílias multidesafiadas, na perspetiva das famílias.	a) Para si, quais as razões que levaram à sinalização da sua família ao Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental? Qual o impacto que este encaminhamento teve para si? b) Considera que a intervenção da equipa técnica do CAFAP foi importante para ultrapassar esses problemas/dificuldades? c) Para si, a participação no programa de educação parental foi importante? Porquê? d) O que aprendeu de novo com o programa de educação parental? e) O que mudou em si após o programa? Que mudanças o programa provocou em si? f) Como lida atualmente com os desafios do/as seus/suas filho/as? g) Considera que o tempo de intervenção por parte do CAFAP foi adequado às necessidades da sua família? h) De acordo com a sua experiência, quer partilhar 2/3 aspetos positivos ou negativos dos programas de educação parental?
Bloco 4 Síntese e reflexão sobre a própria entrevista Agradecimentos	Refletir sobre o funcionamento da entrevista; Agradecer a participação dos envolvidos.	Reflexão da entrevista e agradecimentos.	a) O que gostaria de acrescentar a esta entrevista? b) Considera que a entrevista correspondeu às suas expectativas?

Anexo B – Guião de Entrevista (Técnicas)

Guião de Entrevista (Técnicas)

Entrevistador _____

Entrevistado(a) _____

Data ____/____/____ Local _____

Temas	Objetivos específicos	Tópicos orientadores da entrevista	Questões
Bloco 1 Legitimação da Entrevista Motivações do Entrevistador	1. Apresentar o entrevistador; 2. Legitimar a entrevista; 3. Criar um clima de motivação para o entrevistado(a).	1. Informação sobre os fundamentos e objetivos do estudo; 2. Explicação sobre a forma e o funcionamento da entrevista; 2. Solicitação da colaboração e obtenção do consentimento informado; 3. Garantia da confidencialidade; 4. Criação de uma relação de proximidade adequada.	a) Breve apresentação (...) nome, naturalidade e formação académica. b) Informação sobre o contexto e âmbito do estudo (...) Mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida ministrado pelo IPB. c) Explicar que o objetivo da entrevista é compreender a importância da educação parental nas famílias multidesafiadas. c) Estabelecimento de uma relação de proximidade adequada à situação.
Bloco 2 Caracterização dos participantes	1. Recolher dados sobre os entrevistados.	1. Conhecimento do/a participante.	a) Qual é o seu nome? b) De onde é natural? c) Qual é a sua formação académica? d) Tem alguma questão, ou dúvida, que me queira colocar?
Bloco 3 Importância/Contributos dos programas de educação parental nas famílias multidesafiadas	1. Conhecer a opinião das técnicas de intervenção socioeducativa face aos programas de educação parental no CAFAP da zona norte.	1. Recolha de informação que permita compreender a importância e/ou os contributos dos programas de educação parental nas famílias multidesafiadas, na perspetiva das técnicas de intervenção socioeducativa.	a) De forma geral, quais as principais problemáticas para o encaminhamento destas famílias para os programas de educação parental? b) De forma geral, que estratégias são utilizadas na intervenção junto destas famílias?

			c) Por norma, qual é a duração média dos programas de educação parental? E qual a taxa de sucesso? d) Caracterize, na presente família, quais as principais problemáticas identificadas. e) Na presente família, considera que a participação no programa de educação parental, foi importante para ultrapassar os fatores de risco identificados na mesma? Gostaria que explicasse o seu ponto de vista. f) Sem a intervenção do CAFAP, considera que a família teria conseguido minimizar esses fatores de risco de forma autónoma? Porque? g) Que estratégias foram utilizadas para que a família procedesse ao seu efetivo processo de mudança? h) Considera que a família reconhece a importância destes programas? i) No seu entender, em que é que considera que a participação desta família no programa de educação parental foi mais importante? j) De modo geral, considera que os programas de educação parental são eficazes? Porque? k) Com base na sua experiência, refira 2/3 aspetos positivos e/ou negativos dos programas de educação parental.
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bloco 4 Síntese e reflexão sobre a própria entrevista Agradecimentos	Refletir sobre o funcionamento da entrevista; Agradecer a participação dos envolvidos.	Reflexão da entrevista e agradecimentos.	a) O que gostaria de acrescentar a esta entrevista? b) Considera que a entrevista correspondeu às suas expectativas?
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Anexo C – Consentimento Informado para Participação no Estudo

Consentimento Informado para Participação na Entrevista

Exmo.(a) Sr.(a)

Por favor, leia com atenção a seguinte informação.

Enquadramento: O meu nome é Mariana Silva, estou a frequentar o mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida ministrado pelo Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. Neste âmbito, pretendo realizar um estudo junto das técnicas de intervenção socioeducativa e das famílias intervencionadas pelo CAFAP que frequentam ou frequentaram programas de educação parental.

Explicação do estudo: O objetivo do estudo é compreender qual a importância da educação parental nas famílias multidesafiadas através da análise da perspetiva das técnicas de intervenção socioeducativa do CAFAP e das famílias. A investigação que se pretende desenvolver será realizada através da recolha de dados dos processos familiares e da aplicação de entrevistas individuais. Para tal, gostaria de solicitar a sua autorização e colaboração para recolher dados dos agregados familiares junto dos quais este CAFAP preconiza e/ou preconizou uma intervenção psicossocial e solicitar a gravação de áudio da respetiva entrevista.

Confidencialidade e anonimato: Os dados recolhidos durante o estudo serão para uso exclusivo desta investigação. Será garantida a confidencialidade de todos os participantes.

Finalidade do tratamento de dados e disseminação dos resultados: A recolha e o tratamento de dados são utilizados, exclusivamente, para fins de investigação científica. Os resultados do estudo poderão ser publicados em revistas científicas e jornais académicos, apresentados em seminários, conferências, aulas ou outras atividades com fins académicos, nos quais nunca serão divulgados dados que permitam identificar a pessoa.

Recordo que ao assinar indica que leu e compreendeu as informações apresentadas e aceita participar de livre vontade neste estudo. Ao avançar está também a autorizar a recolha e tratamento dos dados pessoais e da gravação de áudio para o fim a que se destinam.

Assinatura da entrevistadora:

Assinatura do entrevistado(a):

Data: ____/____/____